NOVOS ÍNDICES RURAIS E
COMPANHAMENTO DA SAFRA DE ALGODÃ

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 11 NÚMERO 5 MAIO DE 1987

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

IMPRESSO

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL S.A.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (**Chefe do CEA/IBRE/FGV**)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (**preços no nível do produtor**), Bruno Marcus Rangel Pessanha (**pecuária e supervisão de pesquisas**), Fernando Roberto de Freitas Almeida (**editoração, arroz, feijão e uva**), Fernando da Silva Santiago (**café e amendoim**), Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa (**algodão e laranja**), Irene Raguenet Troccoli (**milho, aves e suínos**), Janete Fajardo Zaidhaft (**cebola e mamona**), Leila Tendrih de Freitas Almeida (**oleaginosas e trigo**), Maria José Cyhlar Monteiro (**política agrícola e cacau**), Martha Macedo de Lima Barata (**aveia, centeio, cevada e sorgo**).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (**preços de terras, salários e serviços**), Lúcio Junqueira Campos (**preços recebidos**), Mário Sachs Rabello (**índices e relações de trocas**) e Oraide Terezinha Novaes (**preços de insumos**).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (**bibliotecária**) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Souza.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira (**secretária**), Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.
Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (PABX 224-7732 – 231-3213).

Agroanalysis, é uma publicação editada com o apoio financeiro do Banco do Brasil S/A.

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventua comunicação de mudança de endereço remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

Em fevereiro do ano passado, **Agroanalysis** *registrou o* **alarme** *da opinião pública quanto à subida vertiginosa dos preços, observando que há três anos, a taxa inflacionária anual vinha superando os 200% e sobrevivendo a todos os* **tratamentos** *adotados. Naquele mesmo mês, o governo, pressionado pelo desempenho da economia e preocupado com o resultado — que se esperava catastrófico — da safra agropecuária afetada pela estiagem, anunciou um remédio mais forte: o* **Plano de Estabilização Econômica.**

Esgotado, após alguns meses, o **poder de fogo** *das medidas adotadas, passou o país a conviver com a expectativa de uma erosão do poder de compra da moeda inigualada em sua história.*

A polêmica em torno das razões do processo é antiga e está longe de se encerrar. Acarreta, porém, maior incerteza, principalmente quando deixa transparecer, para o público em geral, a impressão — equivocada talvez— de que excessivos esforços são despendidos na mera busca do **melhor aferidor** *da inflação.*

Com efeito, os diversos conflitos de interesses entre os agentes econômicos sempre perturbarão esta escolha, mas a experiência recente apresenta certa evolução neste caminho, ao se adotarem índices especificamente voltados à preservação de rentabilidades setoriais. Coube ao **Setor Agrícola** *o passo inicial à frente, com o lançamento de dois novos índices, o* **Índice de Preços Pagos (IPP)** *e o* **Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores (IPR).** *O primeiro corrigirá os preços mínimos das lavouras amparadas pela* **Política de Garantia** *oficial. O* **IPR** *serve à alteração da "sistemática de cálculo dos juros incidentes sobre os financiamentos de custeio e comercialização".*

Os dois índices já foram objeto de artigos inseridos em **Agroanalysis,** *nos meses de fevereiro e março passados. A presente edição contém matéria referente a ambos, esclarecedora de suas relações com os índices anteriormente calculados pelo* **Centro de Estudos Agrícolas,** *da* **Fundação Getúlio Vargas.**

Na difícil fase atravessada pela economia brasileira, o emprego do **IPP** *e do* **IPR** *configura uma vitória da agricultura e representa uma nova e, ao que parece, hábil tentativa de enfrentamento da instabilidade.*

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DE SAFRA
- Algodão 2

PRODUTOS ANIMAIS
- Avicultura 10
- Suinocultura 13

NOVOS ÍNDICES RURAIS 16

ENSAIOS ESPECIAIS
- Feijão nos EUA 18
- Dilemas de Curto e Longo Prazos . . 21

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 22

PREÇOS RECEBIDOS E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ALGODÃO

A queda da produção poderá afetar o abastecimento industrial apenas no que tange às fibras de melhor qualidade. O aumento das exportações deve compensar o arrefecimento da demanda interna de produtos têxteis

As últimas estimativas da safra 1986/87 revelaram queda de 25% em relação à colheita de 1986, devido à redução de 29% na área plantada nas regiões produtoras e de 18% no rendimento físico da região Centro-Sul (ver Quadro 01).

No Nordeste, a área plantada com o **arbóreo** reduziu-se em dois terços desde 1977 (ver Gráfico 01), em virtude dos efeitos conjugados do uso de técnicas rudimentares de produção, formas arcaicas de exploração da terra, mecanismos viciados de comercialização, escassa utilização de sementes melhoradas, clima adverso e, principalmente, dificuldade de acesso dos produtores aos recursos do **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).** Há cerca de três anos, contudo, a essas razões somou-se mais uma – o aparecimento e

QUADRO 01 – ESTADOS SELECIONADOS – ALGODÃO ARBÓREO E HERBÁCEO – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO DAS SAFRAS (e) (p) 1985/86 E 1986/87

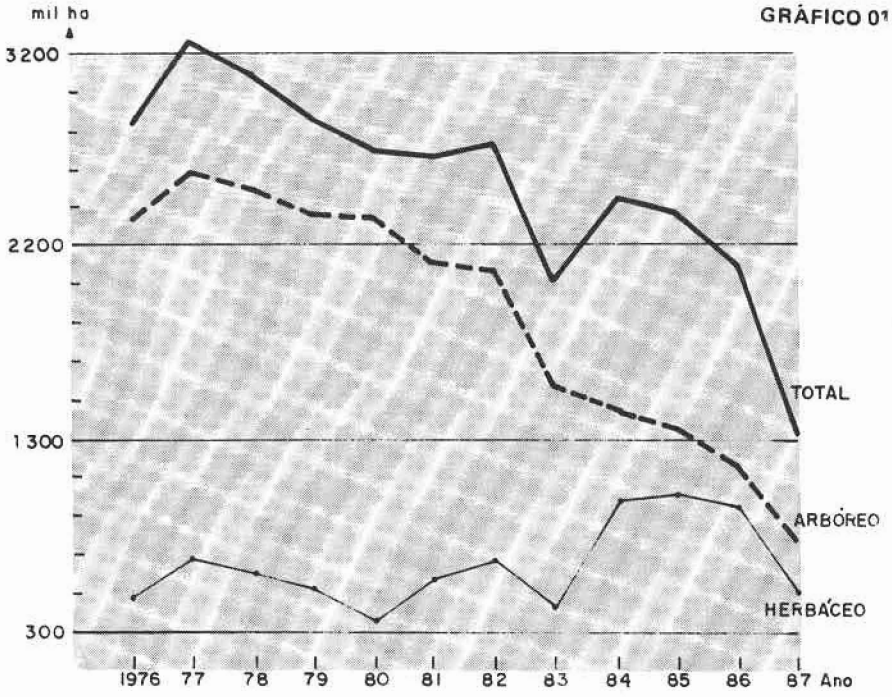
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA COLHIDA (1.000 ha)		PRODUÇÃO (1.000 t)		PRODUTIVIDADE (kg/ha)		PRODUÇÃO EQUIVALENTE EM PLUMA[1] (1.000 t)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
PA	6,9	–	3,1	–	453	–	0,9	–
MA	32,3	25,1	8,2	6,7	255	267	2,5	2,1
PI	219,9	195,4	79,6	76,0	362	389	24,7	23,6
CE	761,3	389,7	98,8	41,4	130	107	30,6	12,8
RN	327,4	113,8	15,1	7,8	46	69	4,7	2,4
PB	324,8	204,6	26,9	38,4	83	188	8,3	11,9
PE	132,4	79,3	23,8	22,9	180	289	7,4	7,1
AL	78,7	91,4	19,1	32,9	243	360	5,9	10,2
SE	35,3	36,9	9,5	9,6	269	260	2,9	3,0
BA(Norte)	6,2	...	3,7	...	598	...	1,1	...
NORTE-NORDESTE	1.925,2	1.136,2	287,8	235,7	149	207	89,0	73,1
MG	161,6	130,7	169,9	59,3	1.051	455	59,5	20,8
SP	356,0	324.0	701,3	586,4	1.970	1.810	245,4	205,2
PR	415,0	390,0	768,4	650,0	1.852	1.667	276,6	234,0
MT	16,5	14,0	20,4	17,2	1.274	1.229	7,1	6,0
MS	49,9	52,0	61,1	78,0	1.224	1.500	21,3	27,3
GO	34,6	25,3	85,7	56,3	2.481	2.132	30,0	19,7
BA(Sul)[2]	201,1	179,2	219,5	49,1	1.091	274	76,8	17,2
CENTRO-SUL	1.234,7	1.115,2	2.026,3	1.496,4	1.642	1.342	716,7	530,2
BRASIL	3.159,9	2.251,4	2.314,1	1.732,1	732	769	805,7	603,3

FONTE – FIBGE/Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – abril de 1987.
(e) Estimativa;
(p) previsão.
[1] A equivalência em pluma foi obtida considerando-se um rendimento de 35% para o Centro-Sul e sul da Bahia, 36% para o Paraná e 31% para o Norte/Nordeste, conforme a CFP;
[2] o sul da Bahia foi incluído no Centro-Sul devido à coincidência de calendário agrícola, níveis de produtividade e rendimento do pluma.

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

REGIÃO NORTE/NORDESTE – ÁREA COLHIDA DO ALGODÃO
1975/76 – 1986/87[1]

GRÁFICO 01



FONTE – IBGE.
[1] **abril de 1987.**

rápida disseminação do **bicudo**, praga que tem atacado mais intensamente essa espécie. A inviabilidade econômica do controle químico tem levado os cotonicultores nordestinos a pensar na substituição da cultura, que, por ser perene, tornou-se um viveiro permanente da praga. Os ganhos de área com o **herbáceo**, variedade mais produtiva, nos anos de 1979, 1981, 1982, 1984 e 1985 só foram suficientes para superar a produção em 1977, 1984 e 1985. Na atual safra, reduziram-se o plantio do **arbóreo** (–31%) e do **herbáceo** (–56%), em razão da própria dificuldade do combate ao **bicudo**.

Neste contexto, o Nordeste deverá colher este ano cerca de 235 mil t de algodão em caroço, produção apenas pouco acima da obtida em 1983, ano mais crítico da seca.

Na região Centro-Sul, apesar da boa rentabilidade obtida na safra passada, a área plantada atual também se contraiu em 9,7%.

O resultado positivo deveu-se à elevação da produtividade da safra de 1985/86, com o replantio em tempo da lavoura, fortemente afetada pela estiagem em fins de 1985. A produção inicialmente prevista em 1,04 milhão de t passou na verdade para 1,81 milhão de t de algodão em caroço[1].

A comercialização da safra passada caracterizou-se pelas altas cotações, em razão do anúncio da queda da produção (afinal não consumada) e pela má qualidade da fibra, devido à ocorrência de chuvas durante o período de colheita. Ambos os fatores poderiam vir a comprometer o abastecimento interno dos tipos de melhor qualidade, cuja procura aumentara após a implantação do **Plano de Estabilização Econômica**. A importação de 80 mil t de fibras de melhor qualidade e a venda dos estoques de algodão em pluma em poder do governo, através de leilões, na época, puseram um freio no processo indesejado de alta (ver Gráfico 02). Mesmo com a estabilidade nominal dos preços, a receita dos produtores superou a expectativa inicial, em virtude, basicamente, do maior rendimento físico da lavoura.

Entretanto, o acúmulo de fibras de má qualidade, que não encontraram escoamento no mercado internacional, levou o governo a desestimular o plantio da safra 1986/87, no Centro-Sul. As medidas tomadas com este objetivo foram: 1) limitação dos financiamentos às áreas não financiadas no ano passado e 2) redução do preço mínimo do algodão em caroço, de Cz$ 71,85/arroba para Cz$ 66,90/arroba.

Paralelamente, a necessidade de combate ao **bicudo** em São Paulo e no Paraná (Maringá), aumentou o custo operacional da lavoura, anulando os efeitos do congelamento dos preços dos insumos utilizados e da extinção da correção monetária incidente sobre os custos financeiros.

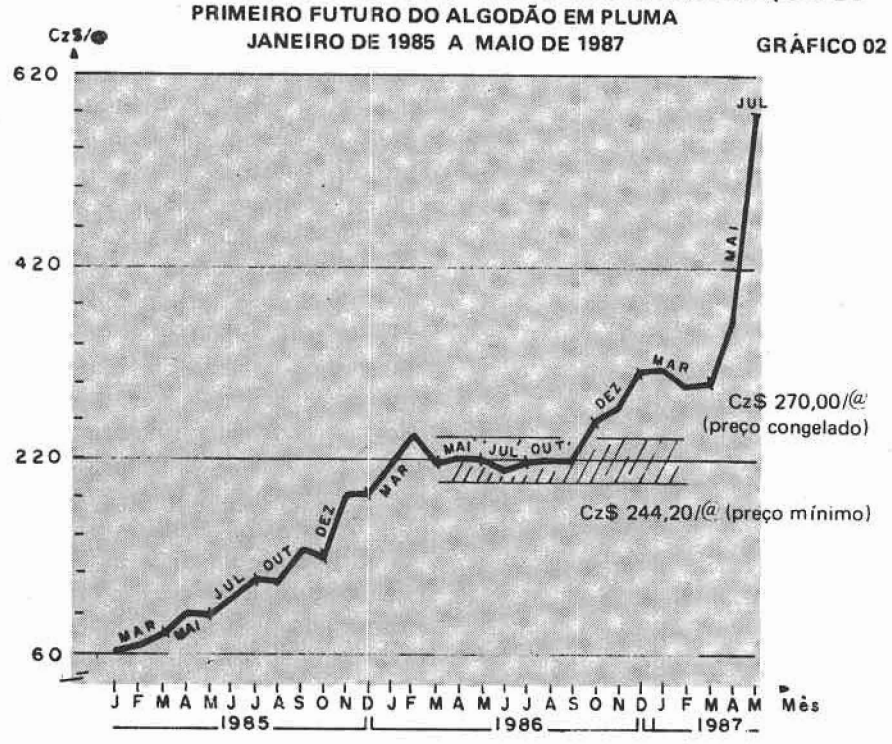
As adversidades climáticas sobrevindas, aliadas aos prejuízos causados pelo **bicudo**, acarretaram uma redução acentuada da produção, em nível superior à pretensão governamental ao reduzir a área de plantio.

Em Minas Gerais e na Bahia, a seca ocorrida à época do plantio prejudicou fortemente o desenvolvimento das lavouras, cujos rendimentos foram 57% e 75% inferiores, respectivamente, aos da safra passada.

No Paraná, maior estado produtor, as manifestações climáticas intensas e extemporâneas (baixa temperatura durante o plantio e chuvas excessivas na fase de formação das **maçãs**) afetaram marcadamente o desenvolvimento da lavoura, cuja carga média caiu de 16,5 para 8,5 capulhos por planta. Além disso, o veranico de março e abril provocou o amadurecimento rápido das maçãs, acelerando a colheita, no estado. Estima-se que 60% a 65% da área já estavam colhidos até o final de **março**, época em que ficou evidente a quebra da safra paranaense. Até fevereiro, o **IBGE** previa um rendimento físico até mesmo superior ao da safra

[1] A produção do sul da Bahia não foi considerada no prognóstico do **IBGE** de dezembro de 1985.

BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES DO PRIMEIRO FUTURO DO ALGODÃO EM PLUMA
JANEIRO DE 1985 A MAIO DE 1987 **GRÁFICO 02**



FONTE – Bolsa de Mercadorias de São Paulo.
Obs.: Os meses ao longo da curva são os de entrega (mês de vencimento do contrato).

precedente.

Em São Paulo e Goiás, o excesso de chuvas em janeiro e fevereiro prejudicou também o desenvolvimento da lavoura, com o baixo aproveitamento da adubação, lixiviada junto com nutrientes do solo, provocando queda acentuada das **maçãs**. Diferentemente do Paraná, onde o controle preventivo de pragas tem mantido a infestação do **bicudo** em níveis toleráveis, nesses dois estados seu ataque tem sido mais intenso, repercutindo na produtividade da lavoura.

Até fins de março, cerca de 45% da safra da Região Meridional, incluindo o sul da Bahia, já haviam sido colhidos. A comercialização tem-se processado rapidamente: estima-se que, no Paraná, 35% da safra prevista já foram adquiridos pelos maquinistas.

A fluidez na comercialização deriva da iliquidez do produtor (em face da excessiva elevação do custo operacional não previsto à época do plantio) e da indefinição do governo quanto às regras para liquidar o financiamento da safra (créditos de custeio e de investimento) e para o levantamento de empréstimos para seu comércio (**EGF**).

A origem do **aperto** financeiro dos produtores remonta ainda à fase de escoamento da safra passada, quando o resultado econômico da lavoura no Paraná, por exemplo, apontava para certa folga na disponibilidade de recursos próprios. Com a restrição imposta aos financiamentos de custeio, em setembro passado (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 10, outubro de 1986), a liberação dos juros em janeiro e a necessidade de recursos complementares a juros de mercado, elevou em demasia os custos financeiros da safra. O **Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná** reestimou o custo variável para esta safra em Cz$ 112,46/arroba do algodão em caroço, contra os Cz$ 68,00/arroba, inicialmente previstos. O novo valor foi obtido com base nos gastos efetuados pelo produtor típico do estado, classificado como médio, segundo o valor bruto da produção, conforme estipulado para os tomadores de empréstimos junto ao **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)**. Neste caso, o cotonicultor médio recebia crédito subsidiado, correspondente à metade dos custos operacionais, restando 50% a serem obtidos junto às instituições privadas, a juros de mercado. Sabe-se, entretanto, que, em termos de grupos de área total, à exceção do estado de Goiás, a maior parte da produção provem dos estabelecimentos de 10 ha a menos de 100 ha (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 10, outubro de 1986), portanto, de pequenos produtores. Oficialmente, estes produtores teriam obtido adiantamento integral dos recursos para o custeio do plantio, mas, na prática, isso não aconteceu, pela dificuldade de acesso ao crédito subsidiado, contribuindo para deteriorar enormemente sua situação financeira.

A revisão do preço mínimo para Cz$ 100,05/arroba, em fevereiro, e a perspectiva de **aquecimento** dos preços não foram suficientes para mudar a decisão dos produtores de saldar imediatamente seus débitos. Contudo, os preços de mercado já haviam superado o **mínimo**, no início da colheita, alcançando cifra próximo do custo variável previsto (Cz$ 112,00/arroba).

A demora na definição das normas relativas aos custos financeiros dos créditos de custeio, investimento e comercialização dos contratos vincendos após 28 de fevereiro, também contribuiu para precipitar as vendas do produto recém-colhido. Anunciadas, pelo **Banco Central**, em abril/maio, ficou evidente que as normas (10% a.a. para o crédito de custeio, 10% a.a. mais a variação comparativamente menor entre o **IPR** e a **LBC** para o **crédito de comercialização**; 10% a.a. mais 50% da atualização monetária para **crédito de investimento**) não onerariam em demasia os custos financeiros dos empréstimos tomados. Como essas vantagens chegaram tardiamente, constatou-se que, mais uma vez, o vício do atraso do governo na definição de regras sobre questões de sua alçada prejudicou os produtores.

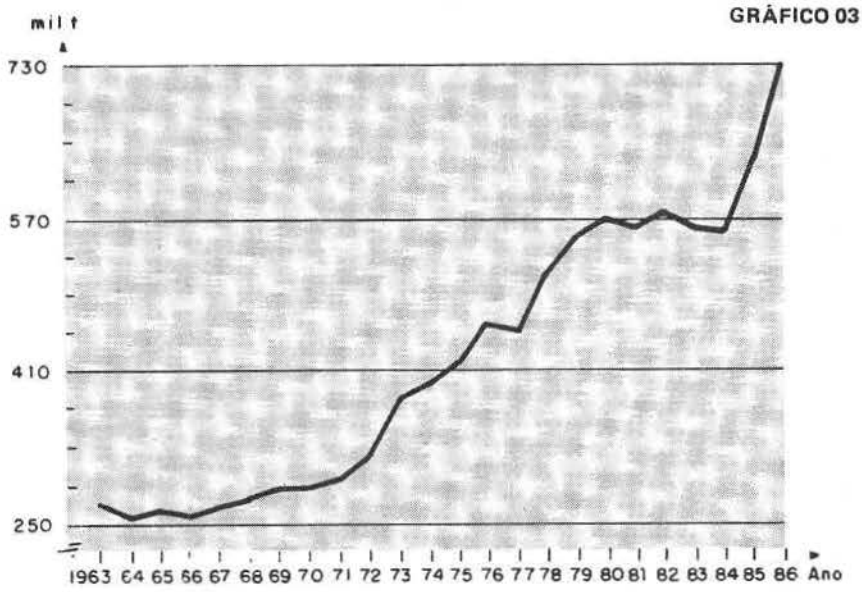
As transações no elo seguinte da cadeia não se verificaram com a rapidez com que o produto chegou aos maquinistas. As vendas para o segmento industrial, normalmente, tendem a ser cautelosas, pois a perspectiva é de que os custos financeiros dos **EGF** tomados evoluam em nível abaixo dos preços do produto beneficiado, incentivando a preservação dos estoques por mais tempo. A coerência da decisão é ratificada pela tendência de queda dos preços dos produtos de maior peso na composição do **IPR** (índice que balisa a atualização monetária dos financiamentos de comercialização), tornando os custos financeiros destes empréstimos atraentes, face aos aumentos nominais observados no preço do **pluma**. Enquanto os fatores de atualização monetária[2] mais os juros totalizaram 7,48%, 7,32% e 5,60% nos meses de março, abril e maio, respectivamente, as variações na cotação do algodão em pluma foram de 1,6%, 17,1% e 40,0%, nos mesmos meses.

A quebra das safras meridional e setentrional, a fixação de um preço mínimo atraente — 50% superior ao inicialmente estipulado — e a melhor qualidade da fibra obtida indicam a perspectiva de preços crescentes para o algodão beneficiado. Este cenário é também ratificado pela previsão de que a demanda do **pluma** venha a se manter próxima ao número obtido no ano passado, o que configurará uma situação de abastecimento relativamente apertada, sobretudo no que diz respeito às fibras de melhor qualidade..

No ano passado, o expressivo aumento da demanda — o maior já verificado desde 1973 (ver Gráfico 03) — derivou do excelente desempenho das vendas de confecções no mercado interno. Recorde-se, contudo, que, no período efêmero do **Plano de Estabilização Econômica** os preços dos produtos têxteis evoluíram acima da média

BRASIL – CONSUMO INDUSTRIAL DO ALGODÃO EM PLUMA
1963-86 (em mil t)

GRÁFICO 03



FONTE – Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo.

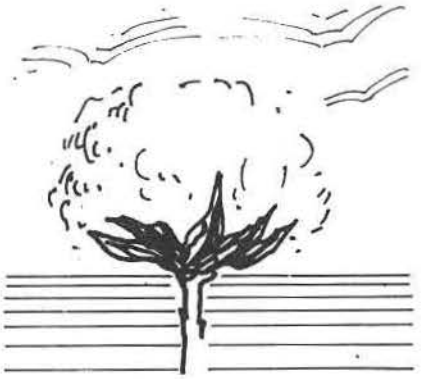
dos demais preços da economia (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 6, de junho de 1986).

O mercado internacional de manufaturados têxteis também apresentou condições favoráveis para a exportação, em face da desvalorização do dólar norte-americano frente às moedas européias, do aumento das quotas para os **EUA** (em mais de 20%) e da elevação do preço médio externo, para quase todas as categorias exportadas (ver Quadro 02). Entretanto, o aumento da demanda e dos preços internos reduziu o excedente exportável, fazendo com que o montante de divisas auferido ficasse abaixo do previsto.

Com o fim do **Plano de Estabilização Econômica** e a volta do ímpeto inflacionário, prevê-se uma queda acentuada no poder de compra da população, capaz de comprometer seriamente a demanda por produtos têxteis.

A redução das vendas já pode ser constatada no aumento de pedidos de concordata preventiva no Rio de Janeiro e em São Paulo veiculados pelos jornais: no primeiro quadrimestre, 60 empresas, enquanto no ano passado somaram 7 e 10, em 1985.

Ainda que a insolvência se restrinja às pequenas empresas, que na fase de euforia do **Plano de Estabilização Econômica** fizeram investimentos desproporcionais, fontes do mercado mais tradicional afirmam ser estes números preocupantes. Além do mais, os programas de investimento formulados no ano passado, para elevar a capacidade instalada das indústrias, estão sendo revistos para menos ou, até mesmo, sendo cancelados, em virtude do **esfriamento** das vendas no mercado interno. O próprio nível da produção industrial já revela queda no ritmo de crescimento, como mostra o Gráfico 04.



[2] Média do somatório das variações do **IPR** no trimestre precedente ao mês anterior ao período de reajuste.

QUADRO 02 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS MANUFATURADOS – 1985-86

ESPECIFICAÇÃO	EXPORTAÇÃO 1985 Quantidade (t)	1985 Valor (US$ 1.000 Fob)	1985 Preço Médio (US$/kg Fob)	1986 Quantidade (t)	1986 Valor (US$ 1.000 Fob)	1986 Preço Médio (US$/kg Fob)
1 – FIOS/FILAMENTOS	96.629,2	274.344,8	2,839	70.677,0	212.857,2	3,012
Seda	1.230,7	28.192,3	22,917	1.118,3	26.644,7	23,826
Artificiais/Sintéticos	25.069,5	65.762,5	2,623	16.575,6	50.291,4	3,034
Lã	1.101,7	7.078,0	6,425	576,3	4.017,7	6,972
Algodão	66.992,6	166.106,8	2,479	49.996,3	125.562,9	2,511
Linho/Rami	787,7	6.412,0	8,140	565,0	4.027,2	8,898
Outros	1.447,0	793,2	0,471	1.845,5	1.313,3	0,712
2 – TECIDOS	52.878,9	200.788,8	3,797	48.271,0	202.850,2	4,202
Seda	67,1	2.760,9	41,146	78,4	3.372,3	43,014
Artificiais/Sintéticos	6.753,7	39.990,7	5,921	7.576,8	46.231,9	6,102
Linho/Rami	519,6	6.140,0	11,817	517,5	7.437,4	14,372
Algodão	40.430,2	139.047,6	3,439	35.837,3	133.180,2	3,716
Juta	4.450,5	5.026,1	1,129	3.600,5	4.684,4	1,301
Veludos/Pelúcias/**Chenille**	184,4	1.056,8	5,731	164,1	1.011,9	6,166
Tules/Rendas/Bordados/Fitas	280,9	3.720,4	13,245	273,4	3.724,7	13,624
Outros	192,5	3.046,3	15,825	223,0	3.207,4	14,383
3 – CONFECÇÕES	34.570,9	272.735,1	7,889	32.941,3	296.960,4	9,015
Meias e Roupas de Malha	5.725,4	73.157,8	12,778	5.405,4	82.247,8	15,216
Vestuário e Acessórios de Tecidos	8.267,9	89.457,8	10,820	8.986,1	94.268,2	10,490
Roupa de Cama/Mesa/Copa/Banho	16.012,2	95.415,7	5,959	16.355,6	108.484,5	6,633
Sacos e Sacolas para Embalagem	3.558,7	10.563,2	2,968	1.509,2	9.049,7	5,996
Encerados/Barracas/Toldos	382,7	1.818,0	4,750	296,3	1.078,3	3,639
Outras	624,0	2.322,6	3,722	388,7	1.831,9	4,713
4 – MANUFATURAS DIVERSAS	143.158,4	134.289,5	0,938	116.697,2	124.991,2	1,071
Fibras Químicas	17.597,6	22.192,7	1,261	14.000,1	15.598,8	1,114
Tops de Lã	9.191,1	35.548,4	3,868	9.587,5	36.178,6	3,774
Tapetes	2.351,2	4.999,1	2,126	1.573,5	4.313,0	2,741
Cordas/Cordéis/Cabos	107.284,2	53.161,5	0,496	84.758,4	51.540,9	0,608
Outras	6.634,3	18.387,8	2,772	6.777,7	17.359,8	2,561
TOTAL	327.137,4	882.158,2	2,697	268.586,5	837.659,0	3,119

FONTE – Cacex, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado de São Paulo (SIFTESP) (dados provisórios).

A manutenção, portanto, da previsão de consumo nos mesmos níveis do ano passado – 730 mil t – depende necessariamente do aumento das exportações de produtos confeccionados com algodão, de modo a compensar a queda na demanda interna. Observam-se algumas indicações de que as exportações de manufaturados têxteis poderão alcançar a casa de US$ 1,0 bilhão repetindo a performance de 1984.

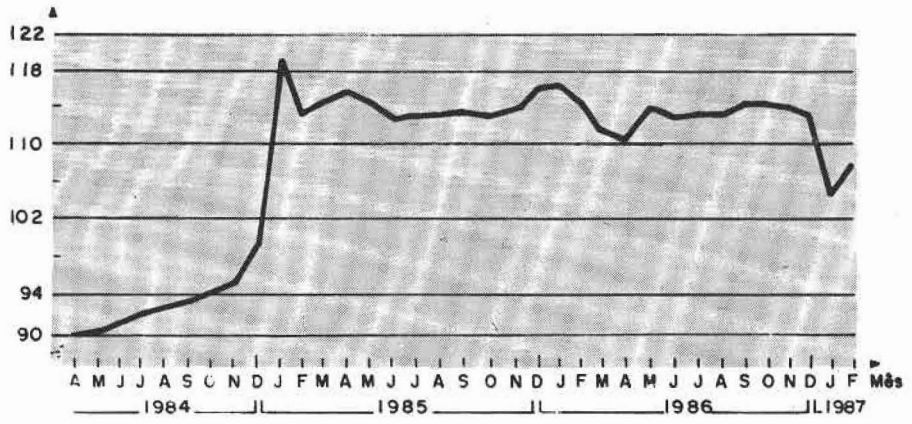
Para isso, a política de estímulo às exportações terá que dar maior poder de competição aos produtos têxteis brasileiros no mercado internacional. Algumas medidas já vêm sendo tomadas nesta área, tais como : 1) isenção do pagamento do **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** e do **Imposto de Importação** para os produtos importados, cujo valor não ultrapasse 10% do incremento das exportações realizadas no ano anterior e 2) eliminação progressiva da defasagem cambial, mediante desvalorização mais rápida da taxa de câmbio. Paralelamente, nota-se que a desvalorização do dólar no âmbito mundial tem contribuído, também, para o aumento da competitividade dos artigos brasileiros.

Além disso, o mercado internacional do algodão vem se recuperando dos baixos preços praticados, a partir da segunda metade do ano passado, repercutindo diretamente no aumento do preço médio dos produtos manufaturados têxteis. O **Acordo Multifibras**, renovado recentemente, em bases promissoras, estabeleceu aumento nas quotas dos diversos produtos têxteis contingenciados e redução de quatorze para dez dos produtos sujeitos a controle quantitativos nos países importadores (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 10, outubro de 1986), medidas que favorecerão certamente às exportações brasileiras.

Na hipótese de o consumo atingir as 730 mil t e a produção alcançar as 603 mil t do **pluma**, o déficit de 127 mil t, deverá ser coberto pelos estoques iniciais, estimados pela **CFP** em 449 mil t. Embora, à primeira vista, o estoque existente aponte para um abastecimen-

BRASIL – ÍNDICE ACUMULADO DA PRODUÇÃO TÊXTIL (BASE IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GRÁFICO 04



FONTE – Conjuntura Econômica – abril de 1987.

to folgado, a situação se modificará caso a análise considere os tipos de fibras (ver Quadro 03). O estoque remanescente apresenta-se composto de 160 mil t de fibras de baixa qualidade e de 289 mil t dos tipos melhores. Em fevereiro, 189 mil t de fibras de boa qualidade encontravam-se de posse da indústria, sob a forma de **EGF**. Esta quantidade, segundo a estimativa de consumo para este ano, é suficiente para suprir a indústria durante três meses, razão pelo qual não deverá ser industrializado até fins de maio, quando a colheita meridional deverá estar encerrada, apresentando produção estimada em 477 mil t de fibras de melhor qualidade (tipo 7 para menos).

São mínimas as possibilidades, porém, de que o segmento industrial reinicie suas compras a partir de maio de modo agressivo, na tentativa de recompor seus estoques, mesmo com os indícios de forte queda na produção setentrional. É pouco provável, também, que a atividade venha a ter acesso aos **EGF**, na medida em que os recursos governamentais, para este ano, estarão alocados na comercialização da chamada **supersafra**. Por outro lado, lançar mão de empréstimos, a juros de mercado, para a formação de estoques seria o último recurso do industrial, caso os preços se elevem acima do custo do empréstimo. Pelo menos até a entrada da safra setentrional (agosto/setembro), os preços não devem aumentar sistematicamente em termos reais, dado que, até essa data, a safra meridional, acrescida das reservas remanescentes, é suficiente para abastecer a indústria. Desse modo, é mais provável que as compras, entre maio e agosto/setembro, sejam efetuadas normalmente.

Estatisticamente, a situação do abastecimento para este ano traduz-se no seguinte quadro: entre março e setembro, estarão disponíveis no mercado cerca de 666 mil t do produto de melhor qualidade (477 mil t da safra meridional e 189 mil t dos estoques remanescentes junto às indústrias) e a demanda será de 510 mil t (correspondentes a 70% do consumo anual, segundo informações colhidas nas indústrias). Restarão, portanto, 222 mil t a serem consumidas entre outubro e fevereiro de 1988 (diferença anterior mais a safra nordestina – 66 mil t). Essa quantidade será suficiente para suprir o consumo normal até o final do período restante (outubro-fevereiro), mas não para formar estoque mínimo de segurança (equivalente a dois meses de consumo), considerado como de-

QUADRO 03 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA, POR TIPOS – 1987(e) – (em mil t)

ESPECIFICAÇÃO	TIPO 7 PARA MELHOR	TIPO 7/8 PARA PIOR	TOTAL
ESTOQUE INICIAL	289	160	449
Governo	100	160	260
Setor Privado	189	–	189
PRODUÇÃO[1] TOTAL	543	60,3	603,3
Centro-Sul[2]	477	119,2	530,2
Norte/Nordeste	66	7,1	73,1
SUPRIMENTO TOTAL	832	220,3	1.052,3
CONSUMO[3]	730	–	730
EXCEDENTE	102	220,3	322,3
EXPORTAÇÃO	–	150	150
ESTOQUE FINAL	102	70,3	172,3
ESTOQUE DE SEGURANÇA[4]	121	–	–
IMPORTAÇÃO NECESSÁRIA	19	–	–

FONTE – CPF, IBGE, SIFTESP.
Obs.: (e) Estimativa.
[1] **Em média, cerca de 90% da produção brasileira de algodão em pluma são compostos dos tipos 7 para melhor;**
[2] **inclui o sul da Bahia;**
[3] **considerou-se que a indústria praticamente não consome fibras de pior qualidade (7/8 para mais)**
[4] **necessário para suprir dois meses de atividade industrial.**

manda efetiva. Assim, pode-se antever, a partir do término da colheita nordestina, um certo **nervosismo** no mercado, com possíveis elevações reais e constantes nas cotações, culminando com a necessidade de colocação dos estoques remanescentes da **CFP** (cerca de 100 mil t), além de alguma importação. Neste caso, as compras externas seriam menores do que as do ano passado (80 mil t), em razão da melhor qualidade da fibra desta safra e do encarecimento do produto no mercado internacional. Além disso, a necessidade de se recorrer aos estoques pode ser antecipada para o final do terceiro trimestre, caso haja revisões que indiquem maior redução da safra setentrional, já que a quantidade prevista da safra meridional encontra-se praticamente assegurada.



O balanço final indica, assim, um déficit de cerca de 20 mil t dos **tipos 7 para menos** e um excedente de 220 mil t de fibras de pior qualidade. Deste excedente, a **CFP** estima ser possível exportar cerca de 150 mil t de algodão em seu poder desde a safra 1984/85, tendo em vista os seguintes pontos: 1) a recuperação dos preços internacionais do **pluma**, a partir do final do ano passado, 2) a intenção governamental de acelerar a desvalorização cambial e 3) o diferimento no pagamento do **ICM**, para as exportações, por 120 dias. As chances de colocação desse excedente no mercado externo são bem melhores do que as de 1986, quando foi possível exportar apenas 36 mil t (ver Gráfico 05).

QUADRO 04 – ALGODÃO – PAÍSES SELECIONADOS[1] – ESTOQUES, PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO 1980/81 A 1987/88
(milhões de fardos de 480 lb)

ESPECIFICAÇÃO	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86 (p)	1986/87 (e)	1987/88 (pr.)
ESTOQUE INICIAL	21,1	21,2	25,2	25,0	25,0	42,7	45,9	34,2
China	1,5	2,4	1,9	3,0	7,8	19,4	16,0	9,0
EUA	3,0	2,7	6,6	7,9	2,8	4,1	9,3	5,4
URSS	2,1	2,6	2,5	1,8	2,3	2,6	2,7	2,4
PRODUÇÃO	65,0	71,2	68,0	67,7	88,1	78,9	69,5	...
China	15,1	13,6	16,5	21,3	28,7	19,0	16,3	...
EUA	5,9	15,6	11,9	7,8	13,0	13,4	9,7	...
URSS	9,1	13,3	11,9	12,1	11,9	12,1	11,2	...
CONSUMO	66,0	66,1	68,2	68,7	70,4	76,8	80,7	...
China	15,1	16,2	16,4	16,0	16,0	19,5	21,0	...
EUA	5,9	5,3	5,5	5,9	5,5	6,4	7,1	...
URSS	9,1	9,1	9,2	9,1	9,5	9,6	9,7	...
EXPORTAÇÃO	19,7	20,2	19,4	19,2	20,5	20,2	23,4	...
China	...	...	...	0,8	1,2	2,9	2,3	...
EUA	5,9	6,5	5,2	6,8	6,2	1,9	6,6	...
URSS	4,0	4,3	3,0	3,2	2,9	3,0	2,8	...

FONTE – World Cotton Situation – Foreign Agricultural Service – USDA.
[1] Estimativa referente ao mês de abril de 1987.
(p) Preliminar;
(e) estimativa;
(pr.) previsão.

No plano externo, a recuperação das cotações foi estimulada pelos **EUA**, que entraram agressivamente no mercado internacional, visando a retomar os níveis anteriores de exportação, que baixou a um patamar irrisório no ano passado. Neste sentido, tomaram medidas para respaldar os baixos preços vigentes através da implantação do seu programa agrícola (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 5, maio de 1986), que possibilitou maior capacidade de competição a seus produtos. Além disso, a demanda internacional, que vinha aumentado em função da crescente popularidade das fibras naturais, foi estimulada pelos baixos preços praticados, no biênio 1985/86. Do lado da oferta, a produção mundial da atual safra (1986/87) mostrou uma retração de cerca de 11,9%. Desta forma, a estimativa do balanço previu uma demanda superior à produção, apresentando uma redução de 11,7 milhões de fardos nos estoques, para o final do ano comercial. Ainda assim, o estoque final de 34 milhões de fardos continuará bem acima da média alcançada nos últimos anos, cerca de 23 milhões de fardos (ver Quadro 04). Não fossem as dúvidas a respeito do mercado chinês, tanto da safra que passou por revisões baixistas sucessivas,como do seu nível anual de consumo, que se elevou para 21,0 milhões de fardos em abril (mais 20% do previsto em março), o aumento nas cotações mundiais não apresentaria essa evolução (ver Gráfico 05).

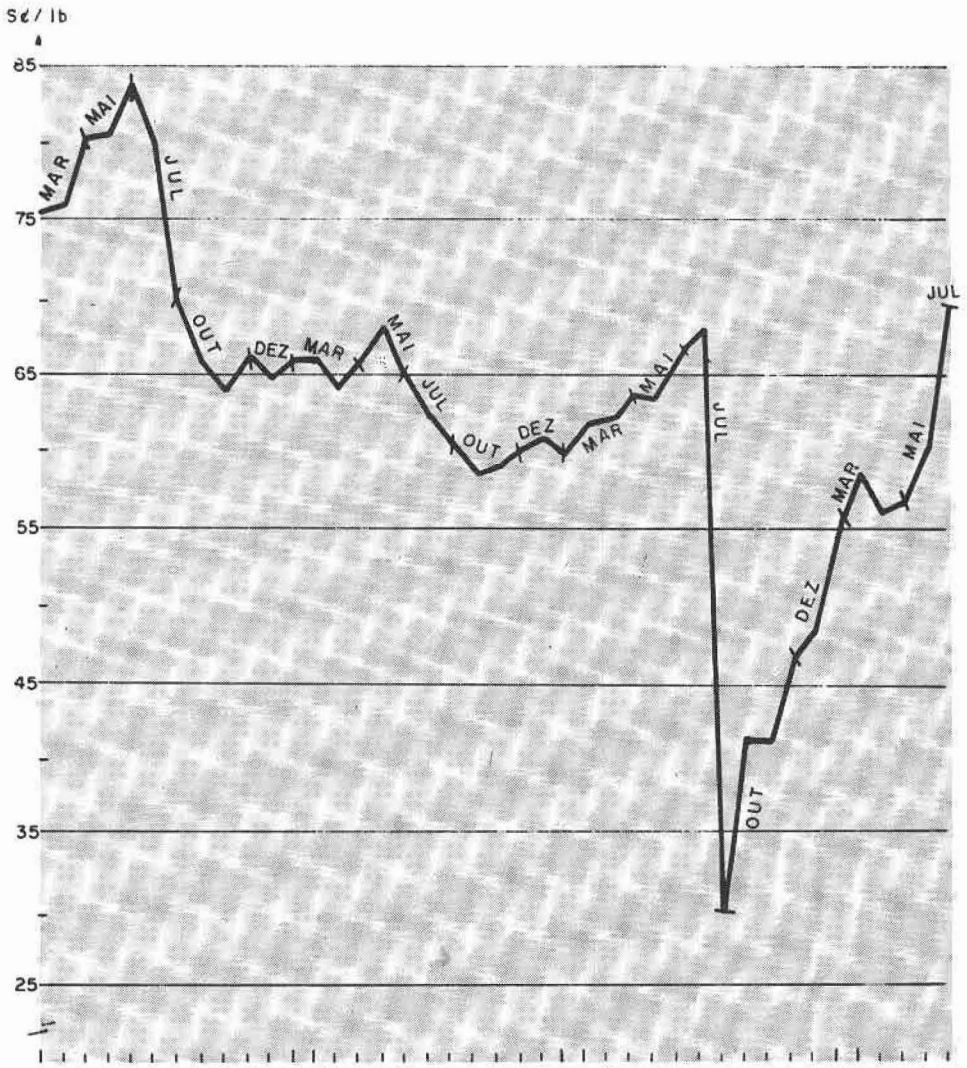
A partir do segundo semestre, quando começa a ser colhida a safra (1987/88) do Hemisfério Norte, que poderá ser superior à atual, os preços internacionais deverão se estabilizar ou mesmo apresentar leve retração, salvo se ocorrerem adversidades climáticas que prejudiquem a produtividade esperada, mormente nos **EUA**, ou que os rumores sobre a redução nos estoques chineses se intensifiquem.

No primeiro semestre deste ano, portanto, findam-se as oportunidades mais seguras de colocação do produto brasileiro no mercado internacional.

As melhores condições atuais de mercado, tanto internas quanto externas para o algodão, *vis-à-vis* o ano passado, levam a crer que as aquisições governamentais se efetivem somente para os tipos de pior qualidade que não encontrem escoamento satisfatório no mercado internacional.

BOLSA DE NOVA IOQUE – MÉDIA MENSAL DAS COTAÇÕES DIÁRIAS (PRIMEIRO FUTURO) DO ALGODÃO EM PLUMA (1-1/16") JANEIRO DE 1984 A MAIO DE 1987 – (USc/libra-peso)

GRÁFICO 05



FONTE – Bolsa de Nova Iorque.
Obs.: os meses que aparecem na curva são os de entrega (mês de vencimento do contrato).

AVICULTURA

Os criadores continuam otimistas em relação ao desempenho da atividade. Confiam na competitividade de seu produto em um mercado de menor demanda das carnes em geral

A produção de frangos aumentou 9%, alcançando o recorde de 1,6 milhão de t. Observou-se, então o fato inédito de a produção real de pintos de corte suplantar o seu próprio potencial, o que ocorreu nos meses de outubro e dezembro.

Embora já pertença ao passado a **explosão do consumo** de carne de aves registrada em 1986, os avicultores ainda estão otimistas quanto ao desempenho do mercado interno no curto prazo. Neste sentido, julgam que seu produto continuará competitivo com a carne bovina, sobretudo nesta fase em que o poder de compra da população começa a declinar. Em paralelo, contam com o abastecimento regular de milho ao longo do ano. Os números relativos à safra 1986/87 disponíveis até o momento evidenciam essa tendência (ver **Agroanalysis**, vol. 11, nº 4, abril de 1987).

Segundo a **Anab**, o consumo interno *per capita* de carne de aves, foi de 3,4 kg no primeiro trimestre do presente ano, tendo sido de 2,8 kg no mesmo período de 1986. Esse fato é encarado como prova de que a carne de aves conquistou uma fatia maior do mercado de carnes do país. A queda nominal do preço da carne bovina, de fevereiro a abril, no mercado varejista, não trouxe de volta os consumidores habituais, mantendo-se crescentes as vendas das carnes substitutas. Nesse período, o preço relativo frango limpo/carne bovina no varejo da cidade de São Paulo registrou acentuada queda (ver Quadro 05). O quilograma da carne de ave chegou a custar, em abril, menos da metade do da carne bovina, significando uma favorabilidade de cerca de 28% para a ave, já que, usualmente, considera-se que a perda do consumidor, em termos de ossos e pele, é da ordem de 30%.

No primeiro trimestre do ano, a produção de pintos de corte atingiu, segundo a **Apinco**, 329 milhões de cabeças, representando avanço de 13% frente ao mesmo período do ano passado. Esse número é pouco inferior às 347 milhões de cabeças produzidas no último trimestre de 1986, quando o segmento produtivo de pintos acelerou bruscamente seu desempenho, para suprir o mercado na crise de oferta de carne bovina.

Com base nesses números, o mesmo órgão projetou em 723,1 mil t a produção de carne de frango, de janeiro a maio, num incremento de 13,3% sobre o mesmo período de 1986. Para todo o ano, a **Apa** avalia que a produção de carne de frangos alcançará 1,8 milhão de t, o que, descontadas as exportações previstas de 220 mil t, significará oferta interna de carne de aves de 1,7 milhão de t, ou quase 12 kg/hab/ano.

A expectativa difundida no âmbito dos criadores de que, no curto prazo, o ritmo de expansão da atividade deverá manter-se, apóia-se basicamente

QUADRO 05 – CIDADE DE SÃO PAULO – PREÇOS MENSAIS NO VAREJO DE CARNE BOVINA E PREÇOS RELATIVOS DE FRANGO LIMPO/CARNE BOVINA – 1986 – 1987 – (janeiro a abril)

MÊS	CARNE BOVINA (A) (Cz$/kg)		FRANGO LIMPO (B) (Cz$/kg)		(B/A) (%)	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Jan	24,90	64,53	15,90	39,42	64	61
Fev	26,01	54,97	15,19	29,42	58	54
Mar	25,36	55,60	14,56	28,10	57	51
Abr	25,07	54,73	14,86	29,01	59	49
Mai	24,91		14,70		59	
Jun	25,23		14,84		59	
Jul	25,26		14,76		58	
Ago	25,15		15,26		61	
Set	N.D.		N.D.		N.D.	
Out	25,26		18,93		75	
Nov	36,55		28,83		79	
Dez	55,95		35,49		63	

FONTE – IEA.

no fato de que a entressafra de carne bovina deverá caracterizar-se por altas expressivas dos preços. Para tanto, colaborariam os baixos estoques de carne vermelha em poder do governo.

A alta provável da carne bovina e a oferta folgada de milho fazem os avicultores crer que não terão maiores dificuldades na comercialização de seu produto. A procura por pintos de corte mantém-se elevada e seu preço, durante os primeiros dias de maio, segundo a **Apa**, foi de **Cz$ 7,40**/cabeça, num aumento de quase **200%** frente ao de um ano antes.

Os avicultores se preocupam, no entanto, com as dificuldades antepostas à liberação de guias para a importação de componentes essenciais ao metabolismo das aves, de vez que a sua ausência na ração prejudica a eclosão dos ovos.

No plano externo, conversações entre o governo e os empresários vêm sendo entabuladas, de forma a definir o repasse de milho dos estoques oficiais, a preços compatíveis com a paridade internacional, com vistas a aumentar a competitividade do produto brasileiro no mercado mundial. Desde o ano passado, os exportadores avícolas vêm enfrentando uma forte concorrência dos produtores norte-americanos, que, beneficiados pelo **Programa de Melhoria das Exportações (Export Enhacement Program-EEP)**, do governo dos **EUA**, venderam **251,1** mil t, **133%** a mais do que em **1985**. A maior agressividade dos **EUA** nas vendas ao **Egito** afetou seriamente o segmento exportador brasileiro, que, para lá, remeteu apenas **5,7** mil t em **1986** (**9,4%** da exportação de **1984**). Neste mesmo triênio, as vendas norte-americanas àquele país passaram de 1 mil t, em **1984**, para **20,5** mil t, em **1986** (ver Quadro 06).





Para **1987**, o **USDA** estima que as vendas norte-americans de carne de aves crescerão **26%**, igualando praticamente o recorde de **326** mil t, registrado em **1981**.

Por seu turno, a **França** também não parece disposta a arrefecer a disputa pelos mercados importadores. De janeiro a março, suas vendas foram de quase **12%** a mais sobre o mesmo período de **1986**, enquanto o **Brasil** logrou, no mesmo período, colocar no exterior **41,9** mil t de frangos inteiros e em partes, **14%** a menos do que em idêntico período de **1986**.

QUADRO 06 – BRASIL E EUA – EXPORTAÇÃO TOTAL DE CARNE DE AVES PARA O EGITO – 1984-86

ANO	EXPORTAÇÃO TOTAL (t)		EXPORTAÇÃO PARA O EGITO (t)		(C/A)	(D/B)
	Brasil (A)	EUA (B)	Brasil (C)	EUA (D)	(%)	(%)
1984	287.500	184.506	60.900	1.035	21,2	0,6
1985	273.010	189.097	55.639	3.331	20,4	1,8
1986	224.652	251.134	5.651	20.456	2,5	8,1

FONTE – ABEF e USDA.

OVOS

A criação de postura vem registrando, nos últimos meses, leve taxa de crescimento, adequando-se ao mercado. Para os próximos, prevê-se melhorias desse crescimento, diante do aumento sazonal do consumo, devido às baixas temperaturas do inverno e da evolução dos preços da carne bovina na entressafra. Como, nessa fase, em razão da menor luminosidade, observa-se queda da produtividade das aves, a alta de preços, aliada à oferta folgada de insumos (basicamente milho), deverá melhorar a rentabilidade dos criatórios.

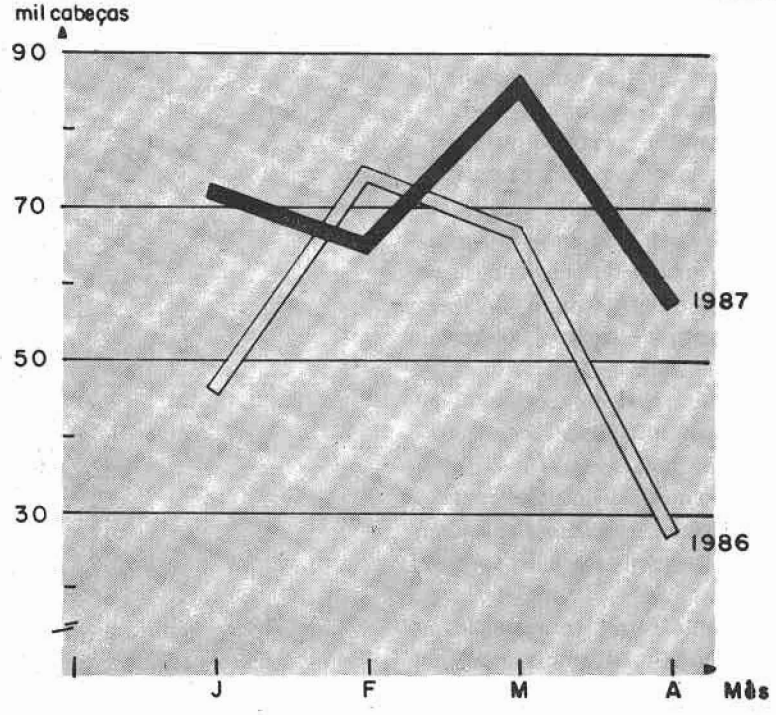
O alojamento de matrizes de postura espelha essa situação, na medida em que, no primeiro quadrimestre do ano, foram colocadas em produção 281,1 mil cabeças, 31% a mais do que em igual período de 1986, segundo dados da **Uba** (ver Gráfico 06). Para o ano, a previsão da **Apa** é de que a produção alcance 1,3 bilhão de dúzias de ovos, elevando o consumo **per capita** para o recorde de 106 unidades/ano.

Atualmente, observa-se movimentação no sentido de dinamizar as exportações, contando os criatórios direcionados ao mercado externo com os benefícios advindos do repasse de milho dos estoques governamentais, a preços subsidiados.

No âmbito interno, porém, subsistem alguns entraves que dizem respeito ao descompasso, apontado pelos avicultores, entre custo de produção da carne de aves e o preço recebido pelo produtor, em razão dos níveis baixos dos preços no varejo. Os criadores não dispõem, em situações de aumento súbito do custo de produção, de desenvoltura para repassá-lo ao preço final. Como agravante, constata-se que a produção comercial de ovos está concentrada no estado de São Paulo, implicando a agregação dos custos de transporte no seu preço final para a sua distribuição nos centros consumidores mais afastados.

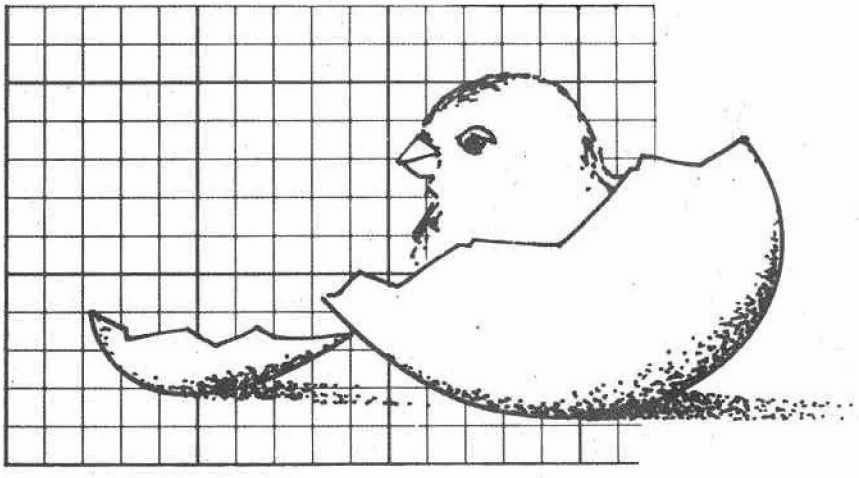
BRASIL – ALOJAMENTO MENSAL DE MATRIZES DE POSTURA – JANEIRO A ABRIL de 1986 E 1987 – (em mil cabeças)

GRÁFICO 06



FONTE – Uba.

Segundo cálculos da **Apa**, em outubro de 1986, em plena crise de abastecimento, o preço de venda do produtor foi calculado em Cz$ 6,60/dz para o tipo grande, enquanto que o preço médio recebido, de acordo com o **Instituto de Economia Agrícola – SP**, foi de Cz$ 6,16. Por seu turno, o preço de venda no varejo da cidade de São Paulo (média dos diversos tipos) foi calculado, pelo **IEA**, em Cz$ 9,20/dz, enquanto a **Apa** calculou que, com margem bruta de 12%, tal valor deveria ser de Cz$ 11,88/dz.



SUINOCULTURA

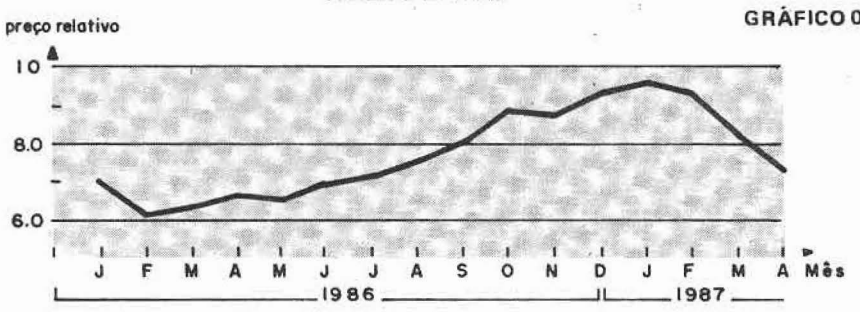
Contrastando com o desempenho de 1986, os criadores enfrentam problemas de mercado, em virtude do aumento da oferta de suínos, da queda de preços da carne bovina e do arrefecimento da demanda. A boa safra de milho deve conter maior queda da rentabilidade

O ano de 1986 foi muito favorável à suinocultura. No segundo semestre, o preço relativo suíno/milho elevou-se continuamente, chegando a ultrapassar ao quociente 9,0, em dezembro (ver Gráfico 07). A crise do abastecimento da carne bovina, a expansão da demanda de alimentos gerada pelo **Plano de Estabilização Econômica** e o preço do milho mantido baixo pela política do governo de importar foram decisivos para a expansão dos criatórios e para que a produção interna de carne suína crescesse 4%, alcançando quase 600 mil t (abates fiscalizados), ou 13%, segundo a **Cepa/SC**, totalizando 1,1 milhão de t para os abates totais.

De fato, a importação de quase 3,0 milhões de t permitiu a oferta abundante de milho, acentuando a tendência de melhoria da rentabilidade da criação, já que até o mês de junho, o preço relativo do milho atingiu o máximo de 7,0 (ver Gráfico 08). A partir de agosto, com a maior oferta do milho estrangeiro o preço real do cereal tendeu a estabilizar-se, declinando em seguida (ver Gráfico 08), simultaneamente ao movimento de elevação da demanda da carne de porco devido ao aguçamento da escassez de carne bovina. Os abates **SIF** do último trimestre, surpreendentemente, registraram níveis inferiores aos de um ano antes (ver Gráfico 09), em virtude do aumento da matança clandestina e da movimentação interestadual de suínos vivos. O descontrole do abastecimento das carnes substitutas (de aves e suína) tendeu a se agravar, adquirindo contornos dramáticos no mês de novembro, quando conjugaram-se o aumento das compras das indústrias para a formação de estoques de fim-de-ano e a emissão do **pacote econômico** governamental, que criou a expectativa de aumento dos preços junto aos criadores, induzindo-os a reter parte de sua produção.

REGIÃO SUL – PREÇO RELATIVO MENSAL – SUÍNO/MILHO – JANEIRO DE 1986 A ABRIL DE 1987

GRÁFICO 07



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

Neste período, colaborou também para a sustentação do preço recebido pelo criador o atraso verificado na internalização da carne suína, adquirida pelo governo brasileiro para evitar o agravamento da crise de abastecimento do final do exercício.

No início de 1987, porém, com a queda sazonal da demanda e a normalização da oferta de carne bovina, houve a reversão da tendência altista dos preços da carne suína. A distribuição de grande parte das 75,5 mil t de carne suína importada contribuiu ainda mais para acentuar o declínio do preço recebido pelos criadores (ver Gráfico 08). Nem mesmo o descenso do preço do milho, com o início da colheita, conseguiu evitar a queda do preço relativo suíno/milho, diminuindo nitidamente a rentabilidade dos criadores. A situação se agravou no período quaresmal, com a paralisação da indústria e a colocação prévia de seus elevados estoques no mercado.

Em conseqüência, em março, o preço médio real do suíno para corte foi 19% inferior ao de um ano atrás, refletindo também a queda nominal dos preços da carne bovina (ver **Avicultura**, neste número).

Em fins de abril, o preço da carne suína começou a recuperar-se, espelhando o movimento de alta da cotação do boi gordo e a diminuição da oferta da carne de porco importada. Da mesma forma, cresceu a oferta do milho recém-colhido e as indústrias reiniciaram as aquisições de animais para abate.

O comércio de carne suína continua dependente, em grande medida, do comportamento do mercado de bovinos, uma vez que ainda não conseguiu lograr uma parcela cativa de mercado consumidor tão expressiva quanto a conquistada pela carne de aves. Assim, nos meses de inverno, com a majoração habitual dos preços da carne bovi-

na, o consumo de carne suína recebe também o impulso proveniente da sua adequação às fases de baixa temperatura. Com o esgotamento paulatino do saldo estimado de 18 mil t de carne suína importada, espera-se uma retomada do mercado do produto nacional ainda nos meses de inverno. Ao mesmo tempo, a não ser que o governo decida exportar milho, o custo de produção do suíno vivo continuará sob controle, face à considerável safra deste ano.

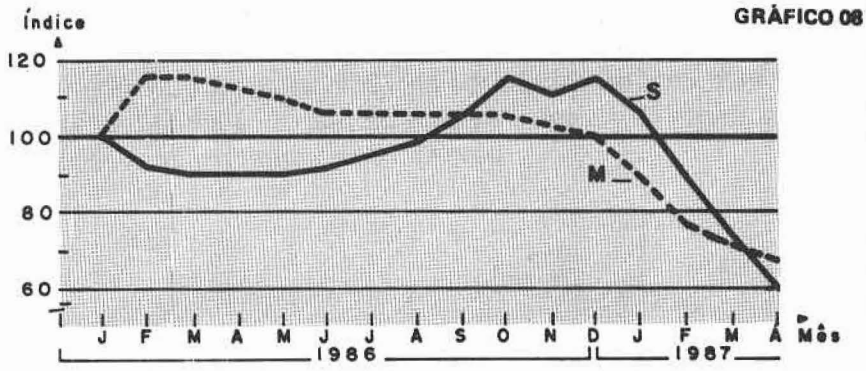
Com a recuperação dos preços do boi gordo, devido ao anúncio de compras do governo em fins de abril e começo de maio, para a formação de estoque, surgiram os primeiros indícios de recuperação do preços do suíno tipo carne, para corte. Em meados de maio, no espaço de uma semana, o preço recebido pelo produtor pelo suíno vivo, tipo carne, no Rio Grande do Sul, avançou 21% alcançando Cz$ 16,00/kg, sendo seu custo de produção avaliado em Cz$ 14,60/kg, pela CFP. No oeste catarinense, o confronto entre preço recebido e custo de produção (respectivamente, Cz$ 16,00/kg e Cz$ 17,50/kg) era negativo, devido à alta do preço da soja no estado e às próprias diferenças existentes entre o perfil da criação suína catarinense e a gaúcha. No entanto, a tendência, nesse estado, era de melhoria desse indicador.

Em se tratando de atividade produtora de carne de custo mais elevado do que a avicultura, é óbvio que a suinocultura se ressentirá de qualquer modificação observada ao nível da renda real dos consumidores. Sob esta ótica, as perspectivas de recessão, que se desenham para a economia como um todo, deverão afetar os criatórios de suínos. A carne suína, porém, conta com o fato de a maior parcela de seu mercado consumidor nos grandes centros urbanos pertencer às classes mais abastadas (dado o preço alto dos cortes ofertados *in natura*), cuja fidelidade mantém-se inalterada em épocas de crise econômica.

Em resumo, a entressafra de carne bovina e o inverno continuarão atuando foavoravelmente sobre a exploração de suínos. Os preços recebidos pelos criadores, no entanto, dificilmente conseguirão manter-se em patamares elevados, em virtude das mudanças recentes no perfil do consumidor geral e da maior oferta de animais para abate, oriundos da expansão dos criatórios, implementada em 1986. Além disso, o aumento do descarte de matrizes, por conta da queda dos preços do suíno vivo, fortalecerá ainda mais o movimento descendente. Sintomaticamente, o IBGE apontou, em fevereiro, abate total de suínos da ordem de 745 mil cabeças, nível 10% maior do que o de um ano antes, enquanto que a Cepa-SC estima que a produção de carne de porco, no atual exercício, deva exceder a de 1986 em 20%, atingindo 1,3 milhão de t.

REGIÃO SUL – ÍNDICES[1] DE PREÇOS REAIS[2] MENSAIS RECEBIDOS DE MILHO (M) E SUÍNO – JANEIRO DE 1986 A ABRIL DE 1987

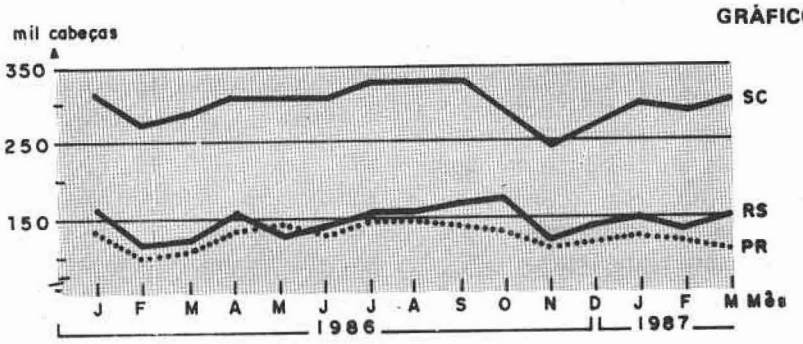
GRÁFICO 08



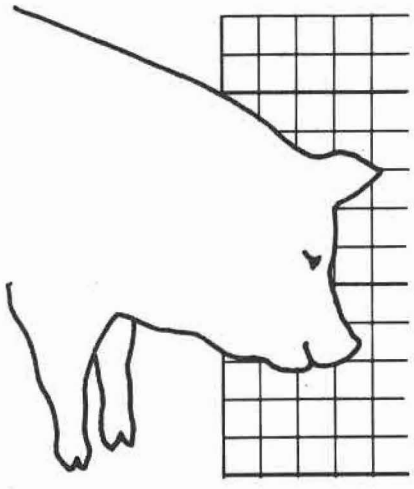
FONTE – FGV/Cea.
[1] Janeiro de 1986 = 100;
[2] IGP-DI Col. 2 Conj. Econômica.

REGIÃO SUL – ABATE MENSAL SIF DE SUÍNOS – JANEIRO DE 1986 A MARÇO DE 1987

GRÁFICO 09



FONTE – Deral/PR, Cepa/SC e Assoc. Prods. Produtos Suínos/RS.



novos índices rurais



No nº 8, do volume 10 e nos nºs 2 e 3 do volume 11, **Agroanalysis** se ocupou dos novos índices, **IPP** e **IPR**, que atualizam os preços mínimos e os juros do crédito rural. Por outro lado, o **Centro de Estudos Agrícolas** vinha, desde 1966, construindo e divulgando índices relativos a preços de insumos e de produtos agrícolas[1].

Tendo em vista que o **IPP** e o **IPR** usam os mesmos dados básicos que os índices tradicionalmente construídos pelo **CEA**, é oportuno encerrar as séries de **Índices de Preços Pagos e Recebidos pelos Agricultores** tais como calculadas pelo **CEA** de 1966 a 1986, e passar a divulgar as séries que agora se iniciam.

Por isso mesmo, vale registrar um esclarecimento quanto à nova sistemática de cálculo dos **Índices de Preços Pagos** e de **Preços Recebidos**, bem como tecer comentários, embora singelos, sobre sua comparabilidade com as séries interrompidas.

Os **Preços Pagos pelos Produtores Rurais** são índices relativos a um agregado de preços de produtos utilizados pelos agricultores e, embora a ponderação dos vários itens se relacione à sua importância face a um total, como se verá a seguir, não são índices de custo de produção.

Os índices que vinham sendo calculados pelo **CEA** se referiam a oito estados e tinham como base de seu sistema de ponderações uma pesquisa direta, realizada pelo próprio **CEA**, naqueles estados, visando a definir as **Características Econômicas das Explorações Rurais**. O agregado representado pelos índices se referia às despesas com insumos de origem industrial usados na média dos estabelecimentos pesquisados.



Já o novo **IPP** mede a evolução dos desembolsos do agricultor no que se refere à produção das principais lavouras temporárias (algodão, arroz, feijão, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo) e tem caráter nacional.

Verifica-se, portanto, que os dois índices não são comparáveis entre si. Entretanto, os interessados poderão, conhecendo as ponderações e os preços médios estaduais, tentar reconstruir, se desejarem, uma série homogênea, sob qualquer dos critérios, vencendo pequenas dificuldades, uma das quais se constituirá pela introdução de novos produtos no cálculo do **IPP**. Por outro lado, não há como destacar um dos sistemas de ponderação como o melhor. O índice que o **CEA** vinha publicando tem a seu favor o fato de que a ponderação se baseava na observação direta — pesquisa de campo — apesar de realizada há muito tempo. A ponderação do **IPP** é construída a partir de dados secundários, mas incorpora os avanços tecnológicos ocorridos no período.

Ambos os sistemas de ponderação têm uma deficiência: a não-inclusão de despesas financeiras. Este é, sem dúvida, um ponto vulnerável, cuja solução é extremamente complexa, tanto do ponto de vista empírico, quanto teórico.

Outra diferença importante entre as séries anteriores e o novo **IPP** é que, no primeiro caso, constituiu-se um índice de **base fixa** (1970 = 100), em que o índice mensal reflete a relação entre os preços do agregado no mês corrente e

[1] Estes índices estão publicados, desde 1969, em **Conjuntura Econômica**. Também foram divulgados, anualmente, em publicação específica do **Centro de Estudos Agrícolas**.

os preços no período **base**, de tal forma que a variação dos índices entre dois meses reflete a variação entre a relação $(P_m/P_{70})/(P_{m-1}/P_{70})$ em que P_m e P_{m-1} são os preços do mês corrente e do mês anterior e P_{70}, são os preços do período **base**. Já o novo **IPP** é um **índice sintético em cadeia**, com base fixa em junho de 1986, isto é, a variação entre os índices de dois meses reflete a relação P_m/P_{m-1}, o que é mais conveniente, tendo em vista que o índice deve corrigir os preços mínimos, conforme a evolução dos itens de desembolso dos agricultores, em períodos curtos.

Esta diferença também é relevante no caso do novo **IPR** que, em outros pontos, é muito mais semelhante ao **Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores**, o qual vinha sendo calculado pelo **CEA**. Este índice mede a evolução dos preços das principais lavouras e produtos de origem animal. O índice anterior, calculado pelo **CEA**, tinha como base de ponderação o valor da produção, conforme apurado pelo **Censo Agropecuário de 1970** e incluía dezesseis produtos da lavoura (algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, feijão, fumo, laranja, mandioca, milho, soja, tomate e trigo) e sete produtos de origem animal (boi gordo para corte, suíno para corte, frango para corte, lã, leite, mel de abelha e ovos). No novo **IPR**, a ponderação se origina do valor da produção do **Censo Agropecuário de 1980** e inclui, além daqueles dezesseis produtos, mais nove outros: caju, cebola, coco-da-baía, juta, malva, mamona, pimenta-do-reino, sisal e uva.

Da mesma forma como no caso dos **Índices de Preços Pagos**, os interessados poderão reconstruir séries a partir dos preços médios estaduais já publicados.

QUADRO 07 – IPP – AUMENTOS PERCENTUAIS ACUMULADOS EM RELAÇÃO A JUNHO DE 1986, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ITENS

ESPECIFICAÇÃO	Jul/86	Ago/86	Set/86	Out/86	Nov/86	Dez/86	Jan/87	Fev/87	Mar/87	Abr/87
Sementes	4,9	10,1	20,0	24,8	28,2	28,3	33,0	37,2	39,6	46,1
Fertilizantes	2,1	2,5	3,6	5,1	6,0	7,8	9,3	16,4	33,5	96,6
Agrotóxicos	0,6	2,4	4,6	6,4	7,5	9,2	10,3	13,5	31,5	69,0
Serviços	0,1	0,0	2,2	3,0	5,0	6,4	14,4	32,3	63,9	97,1
Combustível	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,1	75,9
Mão-de-obra	7,1	14,7	22,9	31,6	42,6	59,7	71,9	88,7	97,5	119,3
Total	3,0	5,9	10,0	13,4	16,9	21,5	26,1	34,3	49,9	87,9

FONTE – Cea/CFP.

QUADRO 08 – IPR – AUMENTOS PERCENTUAIS ACUMULADOS EM RELAÇÃO A JUNHO DE 1986, SEGUNDO OS PRINCIPAIS AGREGADOS

ESPECIFICAÇÃO	Jul/86	Ago/86	Set/86	Out/86	Nov/86	Dez/86	Jan/87	Fev/87	Mar/87	Abr/87
Lavouras	0,9	0	5,4	6,5	8,4	15,0	16,2	21,3	28,1	40,3
PGPM[1]	1,8	3,4	4,9	5,8	7,0	10,5	14,8	15,6	17,1	19,8
Outras	1,8	3,1	4,5	5,4	6,4	9,3	14,3	15,8	18,2	22,6
Produtos de origem animal	8,5	14,3	21,0	23,1	30,1	50,8	80,2	78,9	82,5	110,6
Total	3,5	7,1	10,6	12,0	15,6	26,6	35,9	39,6	45,6	62,5

FONTE – Cea/CFP.
[1] Inclui as lavouras atendidas pela política de garantia de preços mínimos: algodão, amendoim, arroz, feijão, juta, malva, mamona, mandioca, milho, soja e uva.

QUADRO 09 – IPCA, IGP, IPA – VARIAÇÕES PERCENTUAIS ACUMULADAS EM RELAÇÃO A JUNHO DE 1986

ESPECIFICAÇÃO	Jul/86	Ago/86	Set/86	Out/86	Nov/86	Dez/86	Jan/87	Fev/87	Mar/87	Abr/87
IPCA	1,2	2,9	4,6	6,6	12,5	25,6	42,2	60,1	86,3	121,9
IGP	0,1	2,0	3,1	4,5	7,1	15,2	29,0	47,2	69,3	103,3
IPA	0,6	1,9	2,6	3,8	6,0	14,1	26,1	39,2	58,7	91,9

FONTE – IBGE e FGV/CFP.

DILEMAS DE CURTO E LONGO PRAZOS

Neste ano de 1987 estamos assistindo ao surgimento de mais um **lobby** organizado na economia brasileira: o dos agricultores. Ao lado dos **lobbies** industriais, dos trabalhadores urbanos e outros existentes na economia, aparece assim mais este que, apesar de sua tenra idade, já nasce bem organizado e com um bom poder de pressão.

As razões para seu surgimento, podem ser buscadas tanto na natureza da economia brasileira — povoada por grupos de pressão — como na da atividade agrícola e também na da condução da política econômica recente. Examinemos cada uma destas razões separadamente.

Numa economia em que existem fortes grupos de pressão procurando aumentar sua parcela na renda nacional, é bastante óbvio que aqueles que não têm força ou organização para exercer esta pressão acabam perdendo. É notório que durante todo o período posterior à **Segunda Guerra Mundial** houve grande discriminação contra a produção agrícola, através da chamada política de **comida barata**, que, por meio do controle de preços de alimentos e da política cambial (taxa de câmbio), manteve os preços agrícolas abaixo de níveis compatíveis com a modernização da atividade e a manutenção de uma renda média razoável no campo. No início daquele período, a filosofia **desenvolvimentista** em vigor forneceu a justificativa para as medidas; nos anos mais recentes, quando esta filosofia perdeu parte de sua popularidade, os grupos de pressão urbanos (especialmente os industriais e os trabalhadores sindicalizados) tudo têm feito para que ela seja mantida. Aí, portanto, se encontra uma das principais razões para o aparecimento do movimento dos agricultores.

Uma segunda razão para o aparecimento deste grupo de pressão é mais técnica e se prende à natureza dos recursos utilizados no setor. Grande parte destes recursos está presa nele, isto é, não tem valor para qualquer atividade fora dele. Assim é o caso da terra, de muitos equipamentos (colheitadeiras por exemplo) e, até mesmo, do fator trabalho que, ao se ver diante de escassez de emprego no setor, está muito pouco preparado para exercer quaisquer atividades urbanas (a despeito da enorme migração rural-urbana observada no **Brasil** durante as últimas décadas). Desse modo, estes recursos, ao verem sua remuneração reduzida, têm muito poucas alternativas de mudança de atividade, restando aos seus detentores exercerem pressões para que a rentabilidade seja mantida.

Há duas facetas nesta questão: de um lado, o baixo valor alternativo torna estes recursos **quase-fixos**, sendo capazes de suportar grandes reduções de sua rentabilidade sem sacrificar a produção; de outro lado, a defesa da rentabilidade tem que ser feita por meio de pressões de natureza política.

A terceira força por trás deste fenômeno é a própria política econômica do governo. No passado, foi possível estabelecer um mecanismo de compensação para os grandes produtores agrícolas através de investimentos governamentais em infra-estrutura e, principalmente, através dos subsídios dados através do crédito rural. Assim, sendo a atividade agrícola prejudicada pelas políticas de preços e comercial em geral, os produtores que tinham acesso ao crédito eram parcial ou totalmente compensados pelos subsídios obtidos no crédito rural. Algumas estimativas que estamos fazendo revelam que estas compensações foram de fato régias, chegando mesmo o volume de recursos transferidos ao Setor ser superior ao que dele se extraia via outras políticas.

A partir de 1979, os primeiros sinais de mudança nesta política começaram a ocorrer. Inicialmente, o governo foi capaz de manobrar entre a necessidade crescente de reduzir os subsídios creditícios (principalmente a partir de 1982, em função das pressões do **Fundo Monetário Internacional**) e uma política de preços mínimos mais elevados. Entretanto, à medida que nos adentramos nos anos 80 as dificuldades orçamentárias do governo foram crescendo, ao lado de demandas sociais mais insistentes e certamente justas. Com o advento da **Nova República**, tais demandas cresceram ainda mais, conjugadas com a forma infeliz do lançamento do projeto de reforma agrária e sua também infeliz execução.

Com a **ressaca** do **Plano Cruzado**, os agricultores foram ainda bombardeados com a elevação das taxas de juros nominais e com os elevados níveis de estoques de alguns produtos em poder do governo. Apesar da liberação dos preços, as perspectivas para este ano não são boas; os preços deverão uma vez mais ficar próximos aos preços mínimos e o governo deverá comprar (para estocar ainda não se sabe onde) grande parte da **supersafra**. Nestas circunstâncias, é natural que os grupos de pressão agrícola se fortaleçam e, a menos que sejamos capazes de inventar alguns mecanismos de convivência mais duradouros, as perspectivas para o longo prazo não são nada animadoras.

Quais as alternativas, portanto, existentes no curto prazo (este ano)? Pri-

meiramente, permitir uma maior liberdade de comércio (é crucial !). Isto deverá vir acompanhado de um ajustamento da taxa de câmbio para que, ao menos, os preços internacionais sejam corretamente percebidos dentro do Brasil (preços estes sabidamente baixos no momento). Não é concebível que, na situação atual, em que há necessidade premente de gerar divisas, dificuldades de estocagem e alta probabilidade de que a renda agrícola vá ser baixa, se coloquem restrições às exportações agrícolas.

Em segundo lugar, o governo tem que honrar os compromissos assumidos através da **Política de Garantia de Preços Mínimos**. Fugir a isto, agora, é desacreditar talvez o principal instrumento de estímulo à produção. Os recursos parecem estar disponíveis, no momento; é preciso, contudo, garantí-los por todo o período da safra.

A redução da taxa de juros do crédito rural certamente irá aliviar os produtores, no corrente ano. Em contrapartida, pressionará o orçamento do governo, contribuindo para aumentar o déficit público e exercendo pressões adicionais sobre a inflação. Não obstante, esta talvez seja uma alternativa razoável para o ano em curso: subsidiar a agricultura (e, quem sabe, também outros setores mais afetados pelo **Plano Cruzado**) com recursos inflacionários.

No longo prazo, esta certamente não é uma alternativa aceitável. Há que se estabelecer parâmetros para a política agrícola que satisfaçam as restrições de recursos da economia (nó gordio da questão). A negociação governo/agricultura deveria ser feita com esta concepção em mente, e não somente no sentido de resolver os problemas criados pela incompetência passada do governo. Alguns tópicos a incluir nesta agenda podem ser sugeridos.

O primeiro deles tem certamente a ver com a postura frente ao comércio internacional. Há que se adotar um sistema de regras fixas de intervenção nos fluxos de importação e exportação. Tais regras deveriam fixar limites máximos e mínimos para os preços ao longo de um certo período (cinco anos seria razoável), ocorrendo intervenção sempre que estes limites fossem atingidos. Taxação das exportações, quando os preços ficassem muito altos e subsídios, quando os preços ficassem muito baixos. Claramente, uma garantia cambial mínima é necessária para evitar impostos ou subsídios implícitos às exportações ou importações. Esta proposta se assemelha a uma que vem sendo feita no âmbito da **CFP**.

É natural que os limites máximos e mínimos para os preços seriam a questão chave do processo de negociação. Do ponto de vista de bem estar social, não é claro qual o limite ótimo. O comportamento passado do governo nos leva a inferir que para ele seria conveniente um intervalo de variação bem pequeno; para os produtores há indicações de que um intervalo mais amplo seria melhor.

Um segundo tópico para esta agenda de negociações seria o estabelecimento de regras fixas para a intervenção do governo no processo de comercialização interna. Os produtores têm sofrido pesadas perdas pelo excesso de intervenção do governo, nos últimos anos. Talvez uma das principais dimensões destas perdas seja o afastamento do intermediário privado e o não desenvolvimento de um mercado que permita aos produtores se defenderem contra o risco. Ou seja, ao caçar o especulador, o governo tem tornado o processo de transporte da safra, no tempo, e também o processo de proteção quanto ao risco de preços extremamente ineficiente no **Brasil**, e com isto impingido pesadas perdas ao setor. Uma negociação que forçasse o governo a explicitar as regras de intervenção no mercado (regras para compra e venda de produtos, para fixação de preços mínimos etc) teria benefícios tanto para os produtores como para o próprio governo, que ficaria protegido contra a intempestividade dos burocratas mais zelosos pelo **bem estar social**.

O desenvolvimento de mercados que permitam aos produtores se defenderem contra o risco é crucial para que a carga da política agrícola seja mais leve para o próprio governo. Argumenta-se, hoje, que há necessidade de subsídios ao crédito rural em função do elevado risco embutido na atividade agrícola. Entretanto, é muito fácil demonstrar que grande parte deste risco pode ser dividida com outros agentes que sejam mais capazes de lidar com ele do que os produtores rurais (estes agentes recebem o nome técnico de **especuladores** e são muito úteis dentro de qualquer economia capitalista). Ao propiciar o surgimento de instituições que facilitem o processo de divisão de risco, o governo estará elevando a taxa de retorno média no setor e reduzindo a necessidade de subsídios de qualquer natureza. Infelizmente, parece que nem o governo nem os representantes do setor agrícola têm estado muito interessados neste tipo de negociação.

Ao que se supõe, o recém surgido **lobby** agrícola tem-se preocupado demasiadamente com o curto prazo, concentrando-se nas taxas de juros para este ano, nos preços mínimos correntes etc. A nosso ver, é na negociação de regras estáveis de longo prazo que este **lobby** pode ter a sua atuação mais efetiva e mais benéfica para o próprio processo de crescimento do setor. Talvez estas bandeiras sejam difíceis de serem sustentadas frente a um setor combalido pela catástrofe recente. Entretanto, é dever das lideranças tornarem tais questões mais claras e mais atraentes para a classe como um todo. Somente assim, estaremos assistindo a um processo de negociação consistente e que tem possibilidades de beneficiar a todos.

ANTONIO SALAZAR P. BRANDÃO, economista, professor e subdiretor de **Publicações Científicas** *da* **Escola de Pós-Graduação em Economia,** *da* **Fundação Getúlio Vargas.**

FEIJÃO NOS EUA

Embora os **EUA** *ocupem o quarto lugar na produção mundial, atrás da* **India, Brasil** *e* **México,** *são o maior exportador. Em anos recentes, a* **Europa Ocidental, Japão** *e* **Angola** *também se tornaram grandes importadores de feijões dos* **EUA.**

Os norte-americanos consomem feijão em mais de uma dúzia de diferentes pratos. Contudo, não o estão comendo tanto quanto costumavam, apesar de alguns feijões especiais, como os **garbanzos,** terem-se tornado, recentemente, mais populares.

Embora os feijões nunca tenham sido o prato principal da dieta norte-americana, a população consumia cerca de 7 libras e meia **per capita** por ano, na década de 60. A renda mais alta, a mudança do gosto do consumidor e dos padrões demográficos levaram o consumo **per capita** a declinar cerca de 20% desde o início dos anos 60, para as cerca de 6 libras de 1984. A tendência declinante provavelmente já atingiu seu ponto mais baixo e o consumo deverá permanecer estável nas 6 libras/pessoa no futuro próximo.

Nos **EUA,** há grandes diferenças no gosto regional pelo feijão. Os feijões brancos são, normalmente, os favoritos no Norte. Na Nova Inglaterra, por exemplo, a preferência pelos feijões cozidos de Boston coloca o **navy bean** (uma variedade de feijão branco) em primeiro lugar na lista. Os feijões **black-eyed** são normalmente preferidos no Sul, exceto na região de Nova Orleans, onde os feijões vermelhos são um alimento comum. No Oeste, o tipo mais comumente consumido é o **pinto.**

A despeito das preferências regionais, o declínio do consumo expandiu-se geograficamente. De acordo com as pesquisas feitas em 1964 e 1976, pelo **Serviço de Informação sobre a Nutrição Humana,** do **USDA,** o consumo de feijão diminuiu em todo o país, exceto no Oeste. Mesmo aí, cresceu apenas ligeiramente, talvez devido ao aumento da população de origem hispânica, para a qual os feijões são importantes na dieta. O crescimento da renda e a urbanização contribuíram para o declínio de 43% no consumo de feijão, no Sul, entre 1964 e 1976. O mesmo aconteceu nos estados do Nordeste e Centro-Oeste, onde caiu 43% e 56%, **respectivamente.** Hoje, o consumo é maior no Oeste e no Sul.

Uma fonte alternativa de proteína

Já que os feijões são uma fonte relativamente barata de proteínas (quando comparado com a carne e o peixe) acredita-se, geralmente, que as famílias de renda mais baixa consomem-nos mais. Surpreendentemente, os dados do **USDA** revelam que aquelas famílias não foram as que mais consumiram em 1964 e 1976. A razão mais provável são os programas federais de alimentação. Os muito pobres geralmente se qualificam para receber os **food stamps** e outras formas de ajuda federal que lhes possibilita melhorar sua dieta.

Quem mais consumiu foram as famílias que se encontram no limite superior da faixa de menor rendimento. Tais pessoas podem não ter sido aceitas nos programas de assistência oficial e, em conseqüência, provavelmente, tornaram-se mais dependentes do feijão como uma fonte alternativa de proteína.

Ainda mais, quando a renda aumenta, o consumo de feijão, normalmente, cai. Pesquisas sobre a demanda sugerem que o crescimento de 1% na renda significará uma mudança que pode variar de um crescimento de 0,1% a um decréscimo de 0,4% no consumo. Nem todo declínio, porém, resulta da renda. A mudança social, com o maior número de lares mantidos por pessoas solteiras e o aumento do número de mulheres na força de trabalho, por exemplo, também afetaram a demanda. Muitos pratos à base de feijão exigem demorados preparo, limpeza e cocção. Assim, como os consumidores que têm menos tempo para dedicar à cozinha trocaram-no por alimentos mais **convenientes,** a popularidade do feijão declinou.

Da mesma forma que os consumidores em diferentes áreas do país preferem certos tipos de feijão, os fazendeiros das várias regiões se especializaram no cultivo de diferentes variedades. O feijão **pinto,** a única exceção,é cultivado em todas as regiões.

Há doze variedades principais de feijão: **pinto, navy, great northern, red kidney, limas, black-turtle-soup, cranberry, black-eyes, small red, pinks, small whites** e **garbanzos.**

Michigan, mais conhecido por seus feijões **navy** ou **pea** é o maior estado produtor. Nebraska, o segundo, responde por quase 90% da produção do **great northern.**

A Califórnia, outro importante

produtor, cultiva uma ampla variedade, incluindo **limas** grandes e pequenos e feijões **kidney**, **garbanzos** e **black-eyes**.

Feijões: para exportar

A redução da demanda interna total por feijão tornou os produtores crescentemente dependentes das exportações.

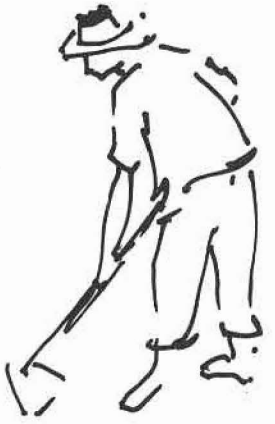
Embora os **EUA** ocupem o quarto lugar na produção mundial, atrás da **Índia**, **Brasil** e **México**, são o maior exportador. Nos anos 60 e início dos 70, as exportações anuais oscilaram entre 2 e 4 milhões de **cwt**. No final da década de 70, com a falta de proteínas e cereais, em nível mundial, as exportações subiram para 4 a 6 milhões de **cwt** por ano. De 1979 a 1982, as exportações elevaram-se quase 150%, para 17 milhões de **cwt**, principalmente em resposta ao aumento da demanda mexicana.

O **México** deu pouca importância à produção de feijão, até começar um programa de auto-suficiência nas safras básicas (incluindo os feijoeiros), em 1980. Esperava-se que reduzisse suas importações de feijão durante os dois anos em que o programa esteve em vigência, mas ocorreu o oposto. A safra mexicana de 1979 foi excepcionalmente pobre, enquanto a demanda aumentou, com os altos preços do petróleo e a elevação da renda. Por dois anos, as importações subiram, contudo, em 1983, o país tinha grandes estoques de feijão, o peso mexicano e os preços do petróleo declinaram e as importações despencaram.

O comportamento imprevisível da demanda mexicana não afetou todas as variedades de feijão da mesma maneira. Os feijões **pinto** e **black turtle soup** responderam pela maior parte do crescimento das exportações norte-americanas no início dos anos 80. As exportações do **pinto**, sozinhas, subiram cerca de 700%, das 964 mil **cwt**, em 1979, para 8,5 milhões de **cwt**, em 1982. Contudo, em 1983/84, caíram abaixo de 315.000 **cwt**.

Em anos recentes, a **Europa Ocidental**, **Japão** e **Angola** também se tornaram grandes importadores dos feijões dos **EUA** e sua demanda tem sido muito menos **volátil** do que a do **México**. Como estes países importam quantidades substanciais de feijões brancos, as exportações das variedades **navy** e **great northern** oscilaram menos de 60% no período, comparadas com 700% no caso do **pinto**.

Altas e baixas: produção e preços



A **enfraquecida** demanda interna e a importância crescente dos menos estáveis mercados de exportação aumentaram a inconstância dos preços do feijão, nos últimos anos. Isto cria problemas para os agricultores, negociantes e maquinistas, que tomam decisões quanto ao plantio, armazenagem e comercialização.

Nos anos 60, os preços ficaram relativamente estáveis, variando de

QUADRO 10 – FEIJÃO – PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS – 1983-85
(em mil t)

PAÍS	1983	1984	1985
Índia	3.502	3.010	2.900[1]
Brasil	1.581	2.626	2.547
México	1.282	1.270	1.085
China	1.744[1]	1.836[1]	1.640[1]
EUA	704	956	1.010
Indonésia	449	295[1]	299[1]
Birmânia	279	328[2]	330[1]
Tailândia	288	295	305
Tanzânia	282	280	282[1]
Burundi	280	241	290[1]
Ruanda	257	257	250
Uganda	238	240[1]	240[1]
Argentina	217	235[2]	200[2]
Romênia	192	216	220[2]
Turquia	175	164	170
Japão	93	168	141
Iugoslávia	158	125	110
Irã	137[2]	120[1]	128[1]
Guatemala	104	111	115[1]
Camarões	105[1]	107[1]	110[1]
Mundo	14.078	14.993	14.615

FONTE – FAO Production Yearbook – volume 39.
[1] Estimativa da FAO;
[2] dado não oficial.

PREVENÇÃO DE EXCEDENTES

As leis agrícolas norte-americanas anteriores nunca se interessaram pelos agricultores que cultivam feijão e outras lavouras fora dos programas oficiais, que não contam com o suporte de preços governamental. Isto não aconteceu na última versão da principal legislação agrícola, oficialmente conhecida como **Food Security Act**, de 1985. Esta lei, diferentemente das que a precederam, tinha potencial para afetar diretamente os mercados das culturas ausentes dos programas oficiais. Como? Pelo encorajamento aos agricultores que plantam as lavouras atendidas pelos programas a mudarem para uma alternativa: as culturas não atendidas.

É neste ponto que se encaixaria o parágrafo 50/92: os fazendeiros que cultivam as lavouras constantes dos programas (trigo, grãos forrageiros, algodão e arroz) podiam substituir até a metade de sua área permitida (área básica, menos o **set aside** obrigatório) por culturas não beneficiadas pelos programas, ou por práticas de conservação do solo e receber os **deficiency payments** (subsídios de diferença) por 92% de sua área permitida, uma oferta atraente, que poderia ter restringido os excedentes das safras principais.

O problema foi que os mercados estabelecidos das culturas alternativas mais prováveis — **commodities** de menor importância, como o feijão, girassol, açafrão e colza — nunca seriam capazes de sustentar uma produção grandemente ampliada, sem reduzir drasticamente os preços.

Os produtores das lavouras ausentes dos programas e as associações de agricultores manifestaram suas preocupações e o Congresso respondeu, emendando o parágrafo 50/92.

Como está agora, os produtores das culturas participantes dos programas podem optar por deixar até 50% da terra para **conservação**, enquanto recebem os **subsídios de diferença** de 92% da área. Não podem converter a área para as culturas alternativas.

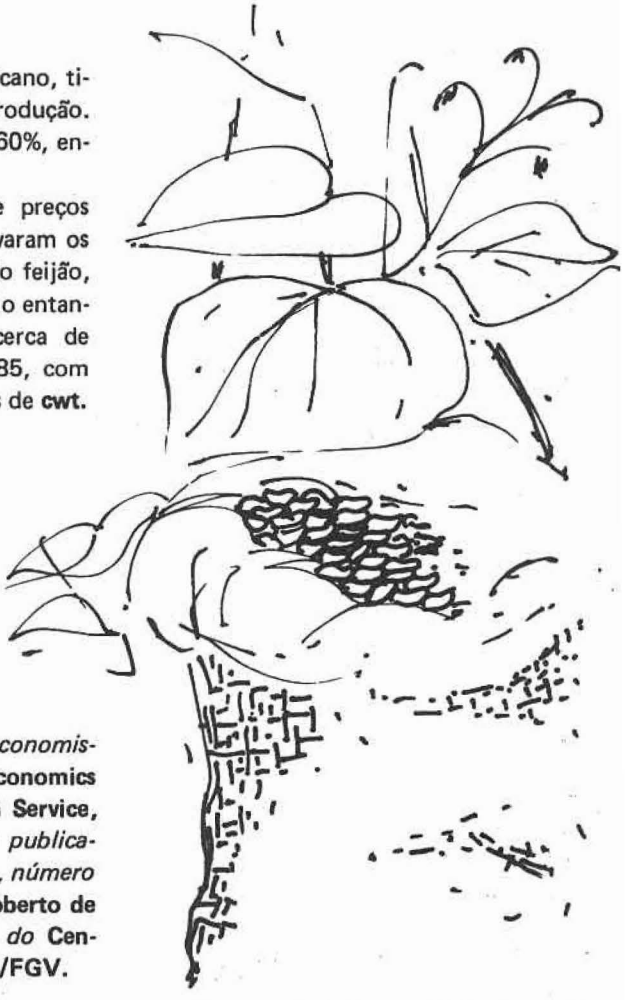
O fato de que tal conversão poderia **arrasar** as atividades ligadas ao feijão pode ser facilmente explicado. A conversão de apenas 1% da área plantada do milho, em 1985, teria aumentado a área do feijão, em 1986, em 25%. Resultado: preços imediatamente mais baixos. Apesar de preços menores poderem parecer atraentes nos supermercados, os consumidores dos **EUA** não comprariam feijão adicional suficiente para compensar o excesso de produção. A única esperança para os excedentes seria ampliar significativamente as exportações, o que é uma situação improvável.

NT — Para maior esclarecimento quanto aos instrumentos da política agrícola norte-americana, ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 5, maio de 1986.

US$ 7 a US$ 12 por **cwt**. Uma grande ruptura ocorreu em 1972, quando a escassez mundial de fontes de proteína levou-os a cerca de US$ 30/**cwt**. Desde 1980, os preços oscilaram, aproximadamente, de US$ 14 a US$ 28.

Os produtores de feijão, acostumados aos mercados e preços estáveis dos anos 60 e início dos 70, aumentaram a produção em resposta às maiores exportações e preços ascendentes. Quando o **boom** exportador teve lugar, em 1979, os agricultores que já plantavam algum feijão simplesmente expandiram sua área, às expensas do trigo, do milho ou de outras lavouras. Como resultado, a área plantada cresceu a uma taxa anual de 20%, para 2,3 milhões de acres, entre 1979 e 1981. A produção aumentou de 20,5 milhões de **cwt**, em 1979, para 32,2 milhões, em 1981. Os feijões de cores, preferidos pelo mercado mexicano, tiveram o maior acréscimo na produção. A do **pinto** aumentou quase 60%, entre 1979 e 1981.

Exportações declinantes e preços cadentes em 1981 e 1982 levaram os produtores a reduzir a área do feijão, dos níveis recordes de 1981. No entanto, continuaram plantando cerca de 1,5 milhão de acres, em 1985, com uma produção de 22,2 milhões de **cwt**.



NT — Unidades de medida utilizadas:
cwt (hundredweight) = 100 libras-peso, nos **EUA**.
Libra-peso = 0,4536 kg
acre = 4.047 m^2

NEILSON C. CONCKLIN, economista agrícola da **National Economics Division, Economic Research Service, USDA**. *Texto originalmente publicado em* **Farmline**, *volume VII, número 6. Tradução de* **Fernando Roberto de Freitas Almeida**, *economista do* **Centro de Estudos Agrícolas, Ibre/FGV**.

CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 13/87,** de 04/05/87, do **IAA,** divulga os novos preços da cana-de-açúcar, açúcar e álcool (ver Quadro 11) resultantes do aumento de 85% concedido em fins de abril pelo **Ato nº 12/87,** de 30/04/87 (**D.O.U.,** de 07/05/87).

A **Portaria nº 82,** de 05/05/87, da **Sunab** dispõe que, nos municípios das regiões metropolitanas do **Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Recife** e nos municípios de **Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana** e **Serra,** todos no **Espírito Santo,** os preços máximos de venda ao consumidor do açúcar refinado amorfo serão estabelecidos segundo o custo do açúcar para o varejista (equivalente ao preço protocolado pelas refinarias junto ao **Cip,** deduzindo o crédito do **ICM** incidente, acrescido de lucro de até 4%

QUADRO 11 – BRASIL – PREÇOS DA CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL		NORTE/
	Rio de Janeiro	Demais estados	NORDESTE
Preços da cana-de-açúcar (Cz$/t)			
no campo	272,32	264,55	351,56
na esteira	369,92	361,10	472,02
Remuneração do produtor[1] (Cz$/50 kg)			
Açúcar cristal standard	300,00	264,00	330,60
superior	321,12	285,12	351,72
especial	331,68	295,68	362,28
Preços do açúcar e do álcool para o mercado interno[2]			
Açúcar cristal (Cz$/50 kg) standard	454,44	454,44	455,25
superior	480,29	480,00	481,11
especial	493,22	492,93	494,01
Álcool (Cz$/l)			
anidro	9,56	9,46	9,88
hidratado	9,06	8,94	9,35
Preços do açúcar e do álcool para exportação			
Açúcar demerara (Cz$/t)	5.206,85		6.745,80
cristal especial (Cz$/50 kg)	335,46		366,79
refinado granulado (Cz$/50 kg)	373,52		386,87
Álcool (Cz$/l)			
anidro	9,51	9,41	9,83
hidratado	9,01	8,90	9,30

FONTE – IAA, Ato nº 13/87.

1 A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização;

2 os preços aqui considerados são os preços oficiais de faturamento, que incluem Pis, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquota de 17%.

sobre o custo para o varejista, do valor do transporte até o estabelecimento do varejista, quando devidamente comprovado, e tributos – **ICM, Pis e Finsocial (D.O.U.**, de 06/05/87).

A **Resolução nº 2.200**, de 08/05/87, do **IAA**, define os volumes globais de produção de açúcar e álcool relativos à safra 1987/88 (ver (Quadro 12).

Segundo a **Resolução**, a produção global deverá alcançar 7,922 milhões de t de açúcar e 13,24 bilhões de m^3 de álcool. O período de moagem nos estados do **Rio Grande do Norte, Paraíba** e norte de **Pernambuco** se estenderá de 15/08/87 a 15/04/88 e no restante do país de 1º /05/87 a **30/11/87 (D.O.U.**, de 13/05/87).

Os Atos nºs 15/87 e **16/87**, de 14/05/87, do **IAA**, distribuem, quantativamente, a produção de açúcar e de álcool a ser efetivada durante a safra **1987/88** pelas usinas do **Centro-Sul** e dos estados do **Amazonas, Rondônia, Pará, Maranhão, Piauí** e **Ceará (D.O.U.**, de 18/05/87).



IRRIGAÇÃO

O **Decreto nº 94.314**, de 07/05/87, estende o prazo de vigência do **Programa Nacional de Irrigação – Proni** – criado através do **Decreto 92.395**, de 12/02/86, até 31/12/93 **(D.O.U.**, de 08/05/87).

LEITE

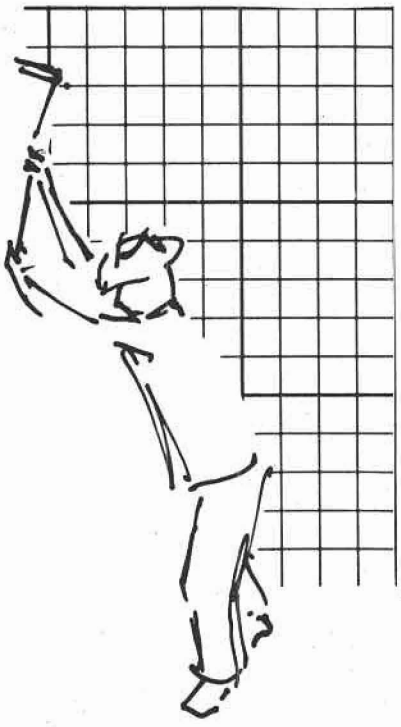
A **Portaria nº 105**, de 15/05/87, do **Ministério da Agricultura**, cria a **Comissão Permanente do Setor Leiteiro – CPSL**, que deverá assessorar o governo na formulação e implantação de uma política setorial com vistas a preço; pesquisa, assistência técnica e extensão rural; comércio exterior; estocagem; normas e padrões higiênico-sanitários; política fiscal e creditícia. A **Comissão** será integrada por representantes da **Seplan, Ministérios**



QUADRO 12 – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AUTORIZADA DE AÇÚCAR E DE ÁLCOOL – SAFRA 1987/88 – t e m^3

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	AÇÚCAR	ÁLCOOL (m^3)		
	(t)	Total	Anidro	Hidratado
Minas Gerais	500.000	589.200	86.500	502.700
Espírito Santo	30.000	157.800	32.800	125.000
Rio de Janeiro	450.000	322.400	42.868	279.532
São Paulo	3.617.200	7.736.500	1.578.688	6.157.812
Paraná	200.000	782.200	110.942	671.258
Santa Catarina	40.000	12.200	–	12.200
Rio Grande do Sul	4.800	600	–	600
Mato Grosso do Sul	–	287.700	39.500	248.200
Mato Grosso	30.000	136.900	15.000	121.900
Goiás	14.000	372.100	68.000	304.100
TOTAL DA REGIÃO CENTRO-SUL	4.886.000	10.397.600	1.974.298	8.423.302
Amazonas	–	3.400	–	3.400
Rondônia	–	2.100	–	2.100
Pará	–	25.200	–	25.200
Maranhão	–	46.900	10.000	36.900
Piauí	–	26.300	–	26.300
Ceará	–	39.900	–	39.900
TOTAL DOS ESTADOS	–	143.800	10.000	133.800

FONTE – IAA, Atos nºs 15/87 e 16/87.



da Agricultura, Indústria e Comércio e Fazenda bem como de diversas entidades de classe (CNA, OCB, Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios, Conselho, Nacional da Indústria de Laticínios, Programa de Proteção ao Consumidor (Procon/SP) e Contag. Haverá também uma assessoria especial em que participarão técnicos da Embrapa, Embratel, Cobal e CFP (D.O.U., de 19/05/87).

PREÇOS MÍNIMOS

O Decreto nº 94.329, de 14/05/87, fixa os preços mínimos básicos relativos à safra 1987 das regiões Norte e Nordeste, bem como os referentes à segunda safra, 1986/87 do Centro-Sul (ver Quadro 13).

Quanto aos preços dos produtos básicos (feijão, mandioca, milho e sorgo) estes terão caráter plurianual, sendo reajustados durante os próximos três anos pela variação do IPP, considerando-se como data-base 1º /01 de cada ano (D.O.U., de 15/05/87).

REFORMA AGRÁRIA

O Decreto-lei nº 2.328, de 05/05/87, extingue o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – Getat, transferindo seus direitos e obrigações ao Incra (D.O.U., de 06/05/87).

TRIGO

A Portaria nº 83, de 05/05/87, da Sunab, fixa em 7 milhões de t a previsão das necessidades de abastecimento de trigo em grão no ano de 1987. Desse total, 3,72 milhões de t correspondem à produção nacional comercializável da safra de 1986 e 2 milhões de t a importações já autorizadas e ao saldo, a complementar (D.O.U., de 06/05/87).

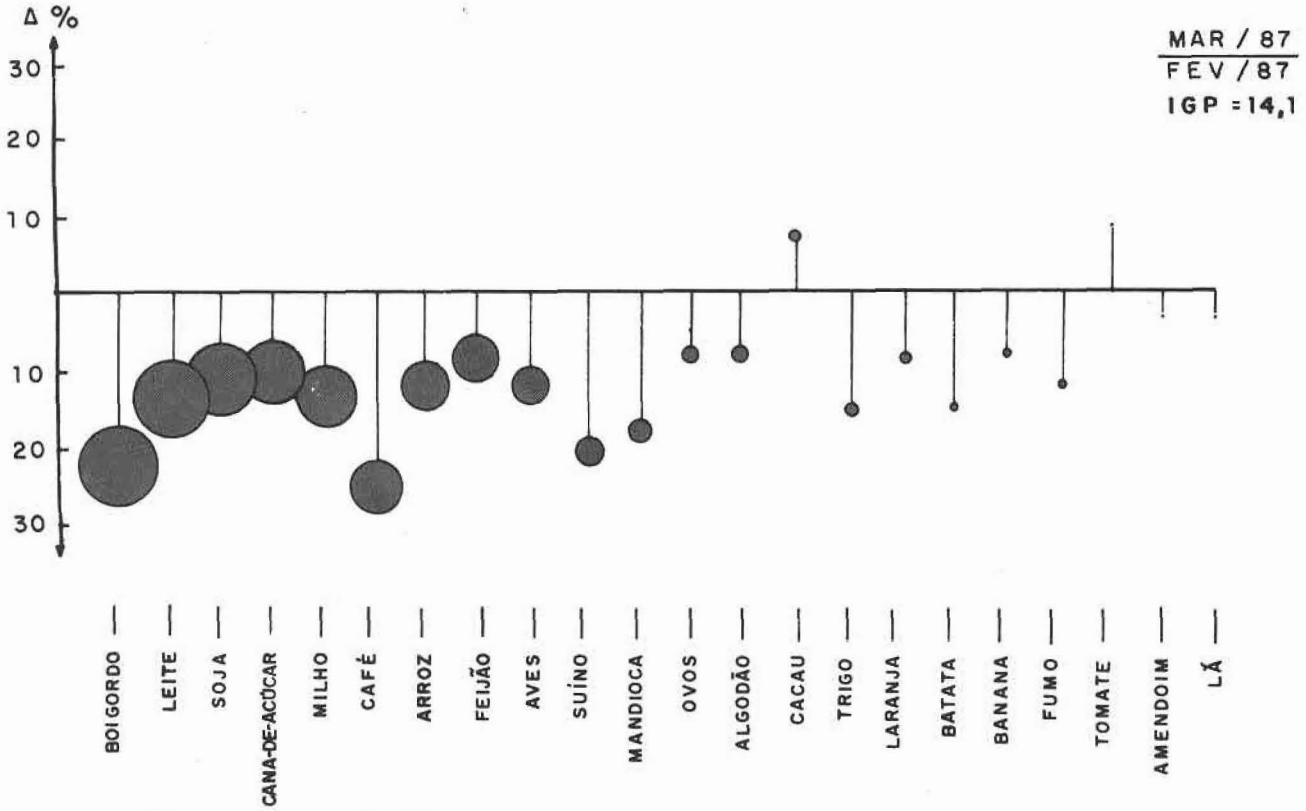
A Resolução nº 1.321, de 13/05/87, do Bacen, reajusta os Valores Básicos de Custeio do trigo de sequeiro, triticale e trigo irrigado da safra 1987, que tinham sido fixados através da Resolução, nº 1.300, de 31/03/87 (ver Agroanalysis, vol. 11, nº 4). Os reajustes foram de 28%, 49% e 31%, respectivamente, para as três faixas de produtividade definidas naquela Resolução (D.O.U., de 14/05/87).

QUADRO 13 – PREÇOS MÍNIMOS DA SAFRA 1987 DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE E 2ª SAFRA 1986/87 DAS REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE

REGIÃO/PRODUTO	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO (Cz$)	MESES DE CORREÇÃO PELA VARIAÇÃO DO IPP
Sul, Sudeste e Centro-Oeste (2ª safra 1986/87)			
– Amendoim comum	25 kg	100,00	(2)
– Batata-semente(1)	30 kg	145,20	mai/87
Norte/Nordeste (safra 1987)			
– Algodão em caroço	15 kg	100,05	(3)
– Amendoim comum	25 kg	100,00	(2)
– Feijão anão	60 kg	456,60	mai a ago/87
– Macaçar	60 kg	297,00	mai a jun/87
– Mamona	60 kg	192,00	(4)
– Milho	60 kg	122,40	mai a set/87
– Sorgo	60 kg	104,40	mai a set/87
– Mandioca	1 t	500,50	mai a set/87

FONTE –
(1) Válido também para Bahia e Pernambuco;
(2) preço mínimo definitivo, sem correção posterior;
(3) será reajustado em julho e agosto de 1987, de acordo com a variação do IPP (Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais), acumulado a partir do mês de abril de 1987 (inclusive);
(4) será reajustado em julho, agosto e setembro de 1987, de acordo com a variação do IPP (Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais), acumulado a partir do mês de abril de 1987 (inclusive).

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980. Estes valores aparecem retificados, a partir do nº 4, volume 11.

Este mês, excepcionalmente, deixa-se de publicar o gráfico que expressa a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, que está sendo reformulado.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de mês de abril).
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de abril*
3 – Preço médio na última quinzena de abril*
4 – Preço médio na última semana de abril*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	8,37	6,64	6,88	7,09		6,86		7,00		7,14	7,25			7,44		7,64		O déficit estimado por **E. D. & F. Man** para o mercado internacional é de 600 mil t (produção de 101,7 milhões de t e consumo de 101,7 milhões de t). Contudo, alguns países em que o consumo aumentou muito, como o Brasil, em breve optarão por exportar mais.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	63,83	60,52	62,89	62,45		60,52		59,76			59,76					60,48		Estimativa de forte redução nos estoques chineses devido ao recorde previsto para o consumo.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.811,00	1.968,00	1.969,00	1.959,60		1.951,70		1.984,80		2.003,80			2.039,70			2.067,80		Excesso de cacau no mercado **spot** e dificuldades para efetivação das operações do estoque pressionam cotações.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	230,20	110,49	115,85	118,20		110,49		112,26		114,04			116,41			117,92		Aproximação do período de possíveis geadas no Brasil, aumenta a procura mundial pelo café.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	230,67	168,30	174,03	175,55		168,30		172,88		176,41			182,17			188,17		Verifica-se movimento normal de plantio da nova safra nos **EUA** e mercado bem abastecido.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	528,19	512,86	520,18	525,90		512,96		515,29		508,85		510,18		517,26				Temores quanto ao comportamento da inflação nos **EUA** e ao desenvolvimento da safra norte-americana, ora em início de plantio, têm **aquecido** os preços.
SOJA FARELO US$/tonelada	153,49	150,57	154,46	158,53		150,57		150,29	150,32	150,44	150,78		153,31					Aumentos da demanda nos **EUA** e das importações soviéticas devem manter as cotações ascendentes.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	290,80	282,53	281,25	282,20		282,53		268,75		270,94			276,75			276,87		Notícias de que o plantio soviético de primavera está atrasado e de que aquele país vem adquirindo grandes quantidades do cereal nos **EUA**.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de abril de 1986, corrigido pelo IGP, para abril de 1987.
2 – Preço médio no mês de abril
3 – Preço médio na última quinzena de abril
4 – Preço médio na última semana de abril
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	430,26	401,61	421,87	426,00		Reinício, previsto para junho, nas compras das indústrias e menor estimativa da safra meridional pressionam cotaçoẽs.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	492,12	314,00	300,00	300,00		Segundo a **Federação das Cooperativas do Rio Grande do Sul**, o próximo fim dos "arrozes negociados **barato**" poderá trazer novo alento ao mercado. Contudo, persiste a superoferta e as notícias de perdas na safra gaúcha não tiveram grande repercussão.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	5.314,51	2.420,15	2.512,67	2.627,00		Compras ativas dos exportadores e escassez de tipos finos.
BOI GORDO Cz$ /arroba						Oferta excede a capacidade de absorção do mercado. Retração do consumidor, que opta por carnes substitutas de preços mais baixos.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	613,19	891,84	925,00	945,00	↑	Segundo a **CFP**, apenas o próximo ingresso no mercado das safras goiana e mineira poderá arrefecer a alta. No entanto, teme-se que o prolongamento da seca em alguns estados nordestinos agrave a atuação do abastecimento.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	14,02	12,85	13,50	14,25	↑	Influência do aumento do preço do boi gordo.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$/60 kg	ND	111,75	112,15	114,30	↑	Intensificação da colheita da soja causa diminuição da oferta do milho novo, o que é compensado pela grande safra esperada.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	233,09	201,47	217,50	222,50	↑	Recente **aquecimento** das cotações externas e intensificação das desvalorizações do cruzado frente ao dólar, têm influenciado as cotações.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

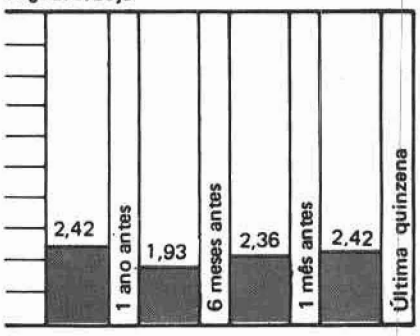
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

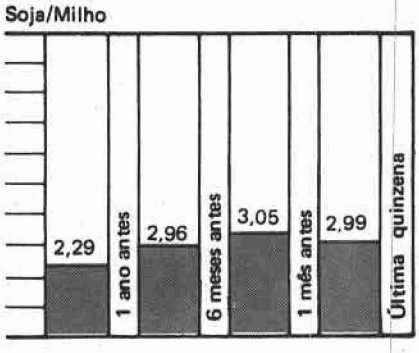
Durante a última quinzena, o preço do algodão elevou-se 4% frente à média do mês, enquanto o da soja pouco se alterou, justificando o mais recente preço relativo **algodão/soja.** O mercado norte-americano da fibra tem refletido positivamente as medidas governamentais sobre as exportações, que visam a sustentar as vendas dos **EUA** através de retaliações a países exportadores grandes ofertantes no mercado internacional (basicamente **Japão** e outros países asiáticos).

Algodão/Soja



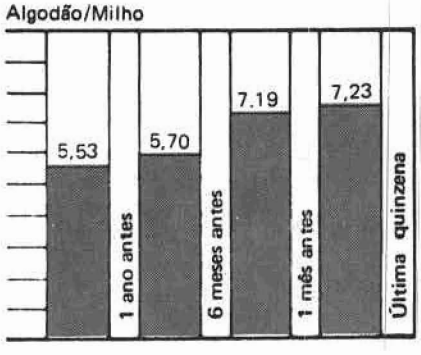
A queda registrada no preço relativo **soja/milho** da última quinzena frente à média do mês deveu-se ao aumento de 3,4% observado no preço do milho no período, tendo em vista que a elevação registrada na cotação da soja foi de somente 1,4%. O mercado da oleaginosa registrou, assim, os primeiros reflexos da influência altista ocasionada pelos relatórios sobre o plantio da safra nos **EUA** e pelas chuvas nas regiões produtoras do **Brasil** e da **Argentina.**

Soja/Milho



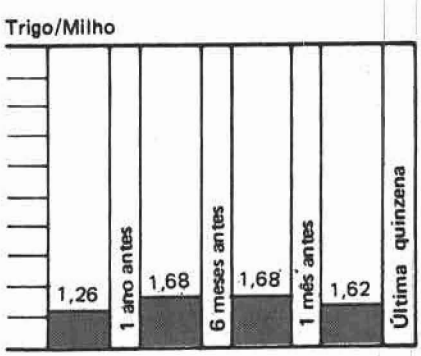
A contraposição dos referidos aumentos, tanto do preço do milho, quanto do algodão levaram à elevação do preço relativo **algodão/milho** na última quinzena, comparativamente à média do mês. A alteração do preço do cereal deu-se em conseqüência do impacto altista, tanto da elevação dos preços do trigo e dos metais preciosos, quanto da desvalorização do dólar.

Algodão/Milho



A boa situação da safra norte-americana, aliada ao desaquecimento das exportações daquele país e ao anúncio de compras soviéticas no montante de 4 milhões de t, mantiveram a tendência de estabilidade na quinzena da cotação do trigo frente ao preço médio do mês. Conseqüentemente, caiu o preço relativo **trigo/milho** da última quinzena, embora ainda seja superior ao de um ano antes.

Trigo/Milho

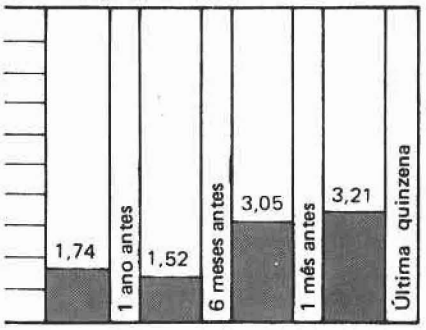


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

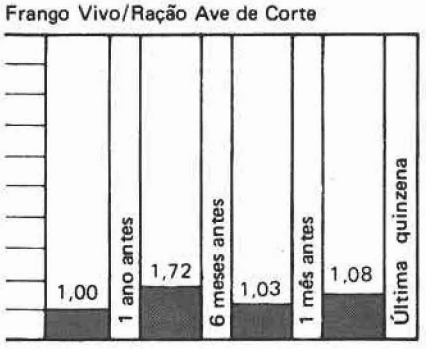
O **reaquecimento** das cotações do boi gordo devido ao anúncio governamental de compras, no mercado interno, para a formação de estoque regulador, fez aumentar o mais recente preço relativo **boi gordo/frango vivo** em relação ao de um mês antes. É interessante observar que a relação de preços, há um ano, era muito menos favorável à carne avícola.

Boi Gordo/Frango Vivo



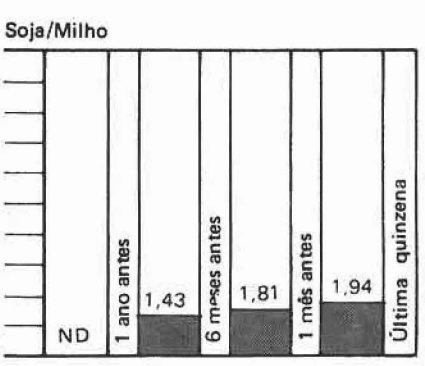
O preço relativo **frango/ração,** na quinzena, apresenta grande diferença em relação ao de seis meses antes, porque, naquela época, o registro do preço da ração levava em conta o tabelamento, desconsiderando o ágio. Assim, observa-se que, em relação a um ano antes, a variação foi pequena em termos de preços relativos, caracterizando um período de lucratividade estável dos criadores.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



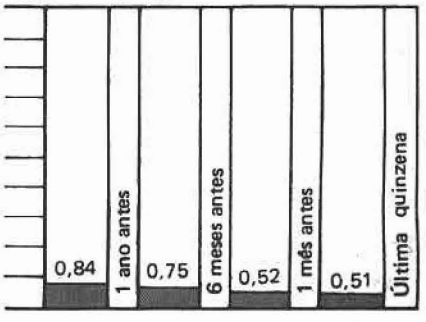
A tendência altista do mercado externo da soja refletiu-se na cotação interna da leguminosa, que, na última quinzena, valorizou-se 8% frente à média do mês. Como, no período, o preço do milho manteve-se estável, aumentou o preço relativo **soja/milho.**

Soja/Milho



O atraso da colheita da safra das águas de feijão tem causado elevações em seu preço, que foram do mesmo montante, tanto no caso do feijão carioquinha, quanto do feijão preto, durante a última quinzena. Por conseguinte, o preço relativo manteve-se inalterado frente ao de um mês antes.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 12 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1987, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE ABRIL[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	39.910	873.524[2]
Algodão	2.251.383	1.732.588
Algodão arbóreo (em caroço)	799.321	121.180
Algodão herbáceo (em caroço)	1.452.062	1.611.408
Alho	4.847	18.268
Amendoim (em casca)	143.462	198.196
Amendoim (1ª safra)	109.366	155.927
Amendoim (2ª safra)	34.096	42.269
Arroz (em casca)	6.217.186	11.337.108
Aveia (em grão)	...	...
Banana	352.517	401.898[3]
Batata-inglesa	146.473	1.847.117
Batata-inglesa (1ª safra)	98.467	1.330.446
Batata-inglesa (2ª safra)	48.006	516.671
Cacau (em amêndoa)	37.190	19.253
Café (em coco)	...	...
Cana-de-açúcar	3.955.550	252.636.198
Cebola	74.194	842.602
Centeio (em grão)	...	...
Cevada (em grão)	...	...
Coco-da-baía	138.965	459.809[2]
Feijão (em grão)	5.216.949	2.340.156
Feijão (1ª safra)	3.239.184	1.366.356
Feijão (2ª safra)	1.977.765	973.800
Fumo (em folha)	274.444	397.718
Guaraná (semente)	2.246	290
Juta (fibra)	29.322	21.767
Laranja	723.626	68.534.011[2]
Maçã	22.174	1.722.861[2]
Malva (fibra)	48.123	47.163
Mamona	317.573	148.758
Mandioca	1.667.819	20.819.867
Milho (em grão)	13.969.620	27.451.768
Pimenta-do-reino	1.339	2.490
Rami	7.200	14.400
Sisal (fibra)	122.647	86.112
Soja (em grão)	9.142.855	16.574.820
Sorgo (em grão)	241.258	495.627
Tomate	48.858	1.818.774
Trigo	2.953.855	4.222.701
Uva	58.431	553.363

FONTE – IBGE.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

[2] **mil frutos;**

[3] **mil cachos.**

NOTA – Os dados acima, excepcionalmente, referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dorneles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Correa Jr., Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL